



ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALBUFEIRA
REALIZADA NO DIA 19 DE DEZEMBRO DE 2022

Ata n.º 15

Aos dezanove dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e vinte e dois, reuniu a Assembleia Municipal de Albufeira, pelas 19:30 horas, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, por convocatória de nove de Dezembro, sendo a Mesa Composta por:-----
Presidente da Assembleia Municipal: Francisco José Pereira de Oliveira; -----
Primeira Secretária: Cláudia Sofia Pais Raimundo; -----
Segundo Secretário: José Manuel Guerreiro Vila Nova;-----
e com a seguinte ordem de trabalhos:-----

PONTO UM: Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea c) do n.º 2 do Art. 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro;-----

PONTO DOIS: Tomada de conhecimento do apoio extraordinário concedido à Junta de Freguesia da Guia - Mercadinho de Natal;-----

PONTO TRÊS: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da Transferência para o ano 2023 dos saldos dos compromissos existentes à data de 31 de Dezembro de 2022; -----

PONTO QUATRO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, conforme a alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, das Grandes Opções do Plano 2023-2027;-----

PONTO CINCO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, conforme alíneas a) e o) do n.º 1 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro do Orçamento e Plano Orçamental Plurianual 2023-2027, incluindo o Mapa de Pessoal, Plano de Recrutamento e o Quadro Plurianual de Programação Orçamental;

PONTO SEIS: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal de Albufeira, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, conjugado com os n.ºs 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-lei n.º 197/99, de 8 de junho na redação em vigor, referente ao "Fornecimento de Energia Elétrica" para Repartição de Encargos, pelo valor base de 740 000€; -----

PONTO SETE: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal de Albufeira, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à aquisição de serviços de Certificação Legal de Contas do Município ate ao limite de 19 000,00€ + IVA; -----



PONTO OITO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista da alínea i) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, da Bolsa Nacional de Alojamento Urgente e Temporário - Aquisição de Imóvel, no valor de 850 000€. -----

PONTO NOVE: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do Encerramento da liquidação (dissolução) da Sociedade "PólisAlbufeira", S.A. - Em Liquidação -2.ª alteração à minuta da escritura pública de "Partilha" - adjudicação ao acionista Município de Albufeira dos bens imóveis daquela sociedade. -----

PRESENCAS: Adriano Duarte de Horta e Nogueira Ferrão, Francisco José Pereira de Oliveira, Nelson José Guerreiro Cachita, Teresa Cristina da Palma Neto, Inês Pinto da Mota de Barbosa Mendonça, Mónica Filipa Dâmaso Félix Coimbra, Helena Maria Palhota Dias Simões, Domingos Manuel Martins Coelho, Carlos João Moreira Ribeiro Goulão, Rui Miguel de Sousa Serôdio Bernardo, Luna Silva, Leonardo Manuel Teixeira do Paço, Luis Matias Afonso, Sílvia Manuela Martins Cabrita da Silva Dias, Carla Alexandra dos Santos Vieira, Margarida Maria Jorge Guilherme, Cláudia Sofia Pais Raimundo, André Jorge Pardal Milheiro Lima, José Manuel Guerreiro Vila Nova, Carlos Manuel Brito Mendes, Paolo Funassi, bem como os Presidentes da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água - Indaleta Cabrita, de Ferreiras - Jorge do Carmo, da Guia - Dinis Nascimento e de Paderne - João Ruaça. -----

Faltas: Raul Ferreira, Carlos Quintino, Carlos Vieira, Dário Pereira e Carla Madeira. --

Substituições: Face aos pedidos de substituição apresentados pelos membros, foi verificada a legitimidade e identidade dos elementos imediatamente a seguir na ordem da respetiva lista, Nelson Cachita, Teresa Neto, Carlos Goulão, Rui Bernardo e Paolo Funassi.-----

Registou-se ainda, a presença do Presidente da Câmara Municipal, José Carlos Martins Rolo e dos Vereadores, Ricardo Jorge Coelho Clemente da Silva, Cristiano José da Ponte Cabrita, Desidério Jorge da Silva, Victor de Oliveira Ferraz, Cláudia Cristina Dias Guedelha e António Abel Zua Coelho. -----

Havendo quórum (**vinte e cinco presenças**), o Presidente da Assembleia deu início à sessão informando que a sessão irá ser gravada e transmitida em direto para o canal YouTube.-----

Presidente da Assembleia: "Antes de passar ao período do público, eu gostaria de ler uma informação relativamente a um parecer que vos enviei, relacionado com um pedido de parecer que tinha sido solicitado sobre a questão dos impedimentos com o Senhor



Vice-Presidente, a Senhora primeira secretária e a Senhora presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água e, de facto, este parecer vem no sentido que já havia sido exposto, ou seja, da não incompatibilidade relativamente a estas situações. (Doc. n.º 1 anexo a esta ata).-----

PERIODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:-----

Andreia Guerreiro: "O que me traz aqui é relativamente à minha freguesia, porque para mim será sempre a freguesia dos Olhos de Água. Eu ando há dez anos a pedir que reformulassem a situação do GIRO. Com o nascimento do meu filho, porque pensando que ele iria estudar na escola Diamantino Negrão. Nós antes de começar o GIRO no dia um de dezembro, tínhamos a situação em que tínhamos dois autocarros que se deslocavam à escola Diamantina Negrão, um autocarro que iria às sete e quarenta, vindo de Faro, e outro autocarro às sete e quarenta e sete, vindo da Rocha Baixinha. Nós tínhamos dois autocarros que passavam em Olhos de Água, neste momento, a partir da altura que começou o Giro dia um de dezembro, passámos a ter apenas a um único autocarro que vai à escola Diamantina Negrão. Faz com que os miúdos fiquem completamente sem apanhar o autocarro para a escola, mais, no dia sete de dezembro, sim, porque eu tenho andado atrás do autocarro, isto é surreal, eu ando a fazer um trabalho que deveria ser as pessoas que gerem o giro ou neste caso, a câmara, não ando eu como encarregada de educação, e posso dizer que no dia sete, que foi uma quarta-feira em que está aqui o diretor do agrupamento que sabe melhor do que eu, em que todas as crianças entram à quarta-feira às oito da manhã e saem todas as crianças no período das treze horas, uma vez que não há parte letiva da parte da tarde, nesse dia posso dizer que só na paragem dos Olhos de Água ficaram cerca de quinze crianças em terra, isto é, quer dizer que ficaram quinze crianças sem apanhar o autocarro, dos Olhos d'Água para a Diamantina Negrão, e dos Olhos de Água até à Diamantina Negrão, são mais outras seis paragens de autocarros que fizeram com que as crianças não apanhassem esse autocarro e mais, tiveram que esperar até às oito e vinte, que é o próximo autocarro que passa nos Olhos de Água, chegando à Diamantina Negrão cerca das oito e quarenta. Ora, se as aulas começam para o oitavo ano às oito e meia, e os outros miúdos antes do oitavo ano, começam às oito e quinze, os professores estão a marcar-lhes falta constantemente. E mais, há mais quatro anos e está aqui o doutor Victor Ferraz, que sabe que, eu ando a mandar e-mails tanto para associação de pais, para a Câmara de Albufeira, para o agrupamento de Escola de Ferreiras, para a própria



escola a pedir que, antes de existir o Giro que fizesse a ligação a Olhos de Água, nós já tínhamos um problema, que não era um problema, era uma coisa simples de se resolver. Os miúdos apanhavam o tal giro que ia da escola Diamantina Negrão até à paragem de Santa Eulália para fazer a ligação no autocarro normal até aos Olhos de Água. O que é que acontece? Acontece que nesse horário ia um mini-bus. Ora, o mini bus levava pessoas dentro do autocarro, quando chegava a escola só conseguiam que entrasse cerca de 8 ou 9 miúdos e ficavam todos os outros em terra. O novo Giro, as crianças para conseguirem a ligação do autocarro que vinha para Olhos de Água, às treze e quarenta e cinco ou teriam que vir a pé, a correr muitos deles, ou então teriam que aguardar para o próximo Giro que chegava a Diamantina Negrão às duas e vinte e iriam chegar aos Olhos de Água às quinze horas. Ora, isto porque saíram às treze. Isto tem sido por e-mails constantes nestas entidades, como eu referi, e por telefone. Com a situação de haver só o Giro, nós só temos um autocarro, deste dia em particular à quarta-feira, deveriam ter mais consideração. Mas ainda há mais, a situação que agora se coloca é que ao haver só um autocarro, não é só esse o problema que nos coloca, temos um outro problema que é as horas não estão corretas, porque o autocarro diz lá sete e quarenta e sete é o primeiro autocarro que supostamente iria passar nos Olhos de Água, mas não é verdade. O autocarro às vezes é sete e meia, ou passou ou não passou, sete e quarenta não passa e posso dizer que o autocarro está a passar por volta das oito e um quarto, oito e vinte da manhã, crianças a ficarem lá quarenta e cinquenta minutos, esta última semana à chuva e vento. Vou fazer assim, eu vou terminar com o fim e agradeço que fiquem com os meus rascunhos, porque há quatro anos que não venho aqui, desde o tempo que quiseram derrubar a minha casa, então eu vou lhes dizem ainda mais, a freguesia dos Olhos d'Água está completamente ao abandono hoje, para quem não sabe, hoje é dia dezanove de dezembro, colocaram uma árvore de natal em que eu fiz a reclamação no Smart City para tirarem, além de meterem uma árvore de Natal que aquilo nem sequer parece uma árvore de Natal, aquilo parece uma árvore de croché, o mais indicado era que a colocassem numa porta de uma escola, cheio de ervas no tamanho daquela árvore, a única coisa que o Smart City soube fazer foi tirarem as ervas, a suposta árvore de Natal, posso dizer que nem luz têm, é isto, é o respeito que têm pela nossa freguesia de Olhos de Água?! Acho que merecemos muito mais que isto."-----

Roberto Leandro: "Boa noite a todos, eu estou aqui enquanto representante da Associação Juvenil Juv Albuhera, uma Associação do concelho e gostaria de começar



por enaltecer uma situação que foi aqui debatida recentemente e que muito agrada a todos os jovens do concelho, sobretudo àqueles que acompanham mais o dia-a-dia desta cidade, que é a criação do Conselho Municipal da Juventude. Passaram-se muitos anos, várias gerações aguardaram ansiosamente que fosse criado, ainda não está definitivamente criado, mas foi graças a esta Assembleia e obviamente também ao executivo que se deu esse passo e venho aqui, portanto, em nome de muitos jovens, agradecer e pedir que seja tido com a mesma responsabilidade, com a mesma dignidade este concelho que se tem, por exemplo, com o Conselho Municipal de Segurança, ou de Educação, porque entendemos que têm a mesma responsabilidade. Entendemos que, no momento em que o Conselho Municipal da Juventude começa a operar e que os jovens tenham mais uma plataforma para se expressar, questões como esta, que abordou aqui do Giro, possam ser prevenidas e melhoradas, porque certamente e acreditem, se dermos oportunidade aos jovens e aos encarregados de educação de exprimirem os seus problemas, eles serão não só parte do problema, mas sobretudo parte da solução. Agradecer também em nome da Juv Albuhera o apoio que tem sido dado pela autarquia. Nós temos realizado aqui mensalmente debates temáticos com jovens da Escola Secundária e da Escola Básica e Secundária de Albufeira, nesta mesma sala que nós todos conhecemos como casa da Democracia e acreditem que tem feito toda a diferença para os nossos jovens, aqueles jovens que muitas vezes dizemos que não tem interesse, que são olhados, que não querem saber da política, são os mesmos jovens que têm preenchido estas cadeiras, onde estão agora os senhores deputados e deputadas e tem falado de temas tão importantes como a identidade de género, a despenalização das drogas leves. Vão debater no próximo mês o bullying que é um tema que os afeta também seriamente e então eu deixo não só o agradecimento, mas também o desafio que é, permitam que esses debates continuem a ser feitos aqui. Eu sei que há alguma intenção de mudar esses debates para outros sítios, mas deixo aqui o pedido, porque imaginem o que é dizermos agora aos jovens e às escolas e, conseqüentemente, aos pais que acompanham esses debates em direto no YouTube, como estão agora a acompanhar esta esta Assembleia, dizer-lhes que, de um momento para o outro, teremos de passar para outra instalação, nenhum espaço nesta cidade e tão digno como este e é por isso que nós quando entramos aqui, sentimos essa responsabilidade, estamos a dar aos jovens a possibilidade de eles falarem dos seus problemas daquilo que lhes interessa, não lhes vamos tirar isso agora, por favor, vamos manter os debates nesta casa que é, como disse



a casa da Democracia. Por último, e porque não venho aqui só para enaltecer, sei que hoje um dos temas que se falará é precisamente um apoio também a outra causa muito importante no concelho, a ação social, os sem-abrigo, é uma causa com a qual nós próprios temos colaborado desde a nossa fundação e somos muito sensíveis a essa questão, mas lembrar aqui uma situação, é muito bom termos oitocentos e cinquenta mil euros, ou um milhão que seja para investir nessa área, mas a juventude precisa urgentemente de uma casa. Já nem digo só juventude, a cultura deste concelho precisa urgentemente uma casa, muitos jovens da minha geração da geração a seguir à minha, o da anterior, são artistas e precisam de um sítio onde possam simplesmente ser e exercer a sua função. Temos de encarar esta realidade muito a sério, porque acreditem, a maioria dos jovens do concelho não vêm para Albufeira ou continuam a trabalhar com outros concelhos, concelhos vizinhos, como Lagoa, Silves, Loulé e Faro. Temos de levar um bocadinho mais a sério esta questão, trabalhar também com as freguesias, aproveito para enaltecer a freguesia da Guia começou a reunir mensalmente com os jovens da sua freguesia. Acredito que isso ajuda a resolver muitos problemas da freguesia, mas apelo a que, num futuro muito próximo, até porque os mandatos são finitos, se arranje forma de pegarem numa das muitas casas abandonadas que nós temos no concelho e fazermos dela a casa da Juventude ou uma casa da cultura, aquilo que queiram chamar, foi uma das promessas deste executivo e peço, por favor, que se arranje uma verba, porque de certeza que os jovens farão toda a diferença.” -----

Enzo Vernuccio: “Peço desculpa se der um pontapé na gramática portuguesa, eu não sou português, portanto, peço desde já desculpa e uma das coisas que queria evidenciar um bocadito na base de alguns exemplos em alguns países é o problema da água. Há cidades neste caso italianas que, neste momento, estão obrigar nas novas construções a ter cisternas de água, para que possam ser reutilizadas para regar jardins, ou plantas durante a época do Verão. Gostaria de saber um bocadito, se a Câmara Municipal de Albufeira está a fazer alguma coisa para salvaguardar toda a água possível, considerando que nós cada vez mais, estamos numa época em que a água é uma riqueza escassa e, portanto, preciosa. Este é um dos pontos que queria salientar, outro ponto é sobre as barreiras arquitetónicas. Eu moro aqui em Portugal e em Albufeira faz quinze anos, não estou a ver evolução em relação às barreiras arquitetónicas, ou seja, uma pessoa que tem alguma limitação física em albufeira, de certeza, vai ter alguma dificuldade em movimentar-se, podia-se até pensar, em que há percursos, como já existe em algumas



idades europeias, algumas delas se definem evoluídas, que há percursos idóneos para até pessoas que não tem visibilidade nenhuma ou que têm uma motricidade reduzida. Gostava de solicitar esta sensibilidade à Câmara Municipal de Albufeira e fazendo um bocadinho de ironia, gostava também de agradecer à Câmara Municipal ou às anteriores administrações sobre a sensibilidade que tem tido para a terceira idade, porque, neste momento, um velhote já não precisa de se mexer muito para ir às compras, temos um supermercado em cada esquina, acho que o rácio entre a população e os supermercados, eu ainda não percebi como é que é feito, possivelmente porque sou estrangeiro e então há números que a mim não se enquadram. Acho que a quantidade de supermercados que neste momento existem em Albufeira em relação ao número de pessoas que aqui moram é bastante exagerado, e depois quero agradecer a intervenção também do jovem anterior, porque, de facto, é um tema e se calhar, podemos falar mais vezes sobre este ponto, sou fundador de uma associação cultural, aqui em albufeira e uma das problemáticas que nós também sentimos é exatamente o que ele mencionou."-----

Presidente da Assembleia: "Só para deixar aqui também uma referência que este ano o Parlamento vai fazer em algumas escolas do concelho o Parlamento Jovem que será dedicado ao tema da saúde mental durante o mês de Janeiro, teremos penso que uma ou duas intervenções relacionadas com a questão da saúde mental, que é altamente preocupante e depois de uma pandemia é bastante mais preocupante."-----

Filipa Sustelo: "Boa noite, eu e o meu marido adquirimos um terreno na guia e antes do adquirirmos, nós viemos à câmara fazer a nossa parte e saber se era viável fazermos a construção, temos tudo em com era viável. Entretanto, nós entregamos o nosso projeto na Câmara, foi tudo correto, até foi para aprovação em reunião, só que havia um pequeno problema com o portão. Entretanto, o meu arquiteto foi fazer a revisão e quando já está praticamente para vir a nova reunião, apareceu uma linha no meio do terreno. Essa linha então corta o meu terreno ao meio e agora diz que metade é verde e a outra eu posso construir. Reuniões para aqui para ali e com os arquitetos e chegamos à conclusão que não há nada a fazer. Então façam nova carta e digam-nos onde está a linha para nós podemos fazer novo projeto e andarmos com isto para a frente. Tivemos mais de um mais de um ano e meio à espera para esta aprovação e agora estamos há mais de três meses à espera de saber onde é que é a linha, ou seja, telefonar não vale a pena que ninguém me atende, já fui lá também ninguém desce para falar comigo. E tive reunião com o engenheiro Eduardo, com o Zélio, toda a gente lá sabe da minha situação,



enviaram-me um papel com o mapa que está com umas linhas a lápis. Eu dirigi-me ao meu arquiteto, ele diz, mas o que é isto? Isto não serve para nada. Ele voltou a ter reunião com ele na segunda-feira e diz que a linha mais ou menos aqui, mas não pode ser mais ou menos, porque eu comprei um terreno para fazer a casa que eu quero e já vou ter metade terreno, nem vou conseguir fazer o que eu vou querer. E andamos nisto, estamos a fazer a nossa vida, já tenho uma pequenina, vou ter outra e andamos nisto e eu não sei quanto mais tempo é que vai ser para fazer novo projeto e depois na câmara, outra vez, vou ter que esperar mais um ano e meio ou dois, isto não está fácil para ninguém e não me resolvem o problema. O "é mais ou menos aqui", mas é assim, um metro para mim ou dois é muito e entretanto, andamos aqui e ninguém resolve a minha situação. E a carta quando tivemos reunião no final de setembro, início de outubro já estava feita, já houve mais de seis ou sete reuniões de câmara e a minha carta nunca chegou cá. Eu estive atenta a tudo e eles nunca me dão uma resposta e entretanto, a minha vida profissional também estão um bocadinho estagnada por causa disto e não andamos daqui para a frente." ----

Milene Cardoso leu documento. (Doc. n.º 2 anexo a esta ata) -----

A Primeira Secretária fez a leitura de emails enviados pelos munícipes Hugo Palhinhas (Doc. n.º 3 anexo a esta ata), Susana Silva (Doc. n.º 4 anexo a esta ata). -----

O Segundo Secretário faz a leitura de comunicações enviadas pelos munícipes Gabriela Pacheco (Doc. n.º 5 anexo a esta ata) e Rogério Mateus (Doc. n.º 6 anexo a esta ata) ---

Presidente da Câmara: "Boa noite a todos, relativamente à senhora Andreia Guerreiro falou na questão do Giro, evidentemente que quando há uma alteração, qualquer que ela seja as coisas nem sempre ficam iguais àquilo que eram anteriormente, no entanto, tem os serviços feito ao longo deste tempo, desde o dia um de dezembro até hoje, e hoje estamos a dezanove de dezembro, não vai há uma década que quis dar a entender, a mudança foi dia um de dezembro e, a partir dessa altura, os serviços têm recebido e têm constatado pormenores, ou grandes pormenores para que possamos e alguns deles já foi dada resposta pelos próprios serviços e alguns. Há uma coisa é certa, o Giro foi estendido e temos que ir por aí, o Giro foi estendido a Guia, Vale Parra, Patroves, Fontainhas, Olhos de Água, Açoteias e Rocha Baixinha, para que possa servir mais gente e melhor, evidentemente que não estou a dizer com isto, que está tudo perfeito e nada é possível alterar. Não está, eu próprio assumo que não está e é assim mesmo. Ora isto no fundo, trata-se aqui quase daquilo que se pode chamar uma crise de quantidade, quando se cresce muito, é preciso ver o que nós passámos de cinco linhas para onze linhas



e tendo em conta isso, evidentemente, com os horários das escolas são fundamentais e tem que ser uma das prioridades a contemplar. Eu próprio já tive na direção de uma escola, antes desta escola secundária existir foi na Escola Secundária de Loulé, e Loulé sendo um concelho enorme, a primeira coisa que nós pedimos para fazer os horários de um determinado ano letivo era precisamente os horários de todas as carreiras que havia das freguesias e das localidades do concelho de Loulé, que é um concelho como me disse enorme. Neste concelho, é relativamente fácil chegar a esse entendimento, é claro que tem de haver aqui a uma boa relação e um bom canal de comunicação entre a Câmara e os Agrupamentos Escolares, obviamente, e as Associações de pais, e corresponder aos casos individuais de cada pessoa ou não, depende daquilo que for colocado, porque há pessoas colocam questões totalmente impossíveis de se resolver, portanto, não podemos também chegar a esse ponto. Agora pode ter certeza, que isso vai ser revisto e com certeza que vai ser contemplado, garanto-lhe, tenho aqui as folhas que entregou, vão ser tratadas com os serviços e em janeiro tudo ou quase tudo, vai ficar de acordo com aquilo que são as necessidades e as carências das pessoas e neste caso particular dos alunos. Mas digo já, foi uma boa conquista e foi com três anos de atraso, porque houve o primeiro concurso, como já tive oportunidade de dizer nesta Assembleia, ficou deserto, não houve concorrentes, não tendo havido concorrentes, deve ser refeita proposta de concurso, teve de ser enviado novamente para o Instituto de Mobilidade e Transportes, IMT, para dar novo parecer e isso demorou mais alguns meses, foi preciso depois de novo concurso aberto, entrega de propostas, a escolha das mesmas e posteriormente e finalmente, foi adjudicado a uma determinada empresa que é aquela que está no terreno, objeto concurso público claro e foi enviado ao Tribunal de Contas para visto. Isto tudo demora alguns meses. Falou várias vezes na freguesia dos Olhos de Água, a freguesia de Olhos de Água, neste momento, lamento, mas já não existe, existe freguesia de Albufeira e Olhos de Água, é tudo visto como um todo, e não apenas como uma freguesia. Relativamente ao senhor Roberto Leandro, existem vários Conselhos Municipais, Conselho Municipal da Juventude não é, digamos, não é o menor, embora seja representante dos mais jovens, mas não é o menor, evidentemente que estão todos em pé de igualdade. Temos o Conselho da Juventude, da Educação, da Segurança, Turismo, da Saúde que vai começar a reunir também, porque nós, Câmara Municipal, assumimos algumas competências na área da saúde, daí que teremos esse o conselho a funcionar. Relativamente ao espaço, evidentemente que o espaço vai ser este



precisamente tendo em conta as condições que querem transmitir, portanto, é uma questão de fazer o pedido ou fazer uma calendarização das atividades que querem aqui, para haver a possibilidade de marcação. Relativamente àquilo que falou na Casa da Juventude, pois tenho, já há uns dois ou três anos pensado fazer uma casa do Associativismo, onde abrange com certeza, o projeto está em ideia, ainda não está no papel, mas há de haver uma altura propícia qualquer, pretende-se o mais depressa possível para levar por diante este projeto e pensamos que isso vai acontecer. Relativamente ao senhor Enzo, o tratamento da Água cada município tem as suas atitudes perante o consumo de água, recordo que nós estamos a fazer a modificação dos espaços verdes, a transformar tudo aquilo que é espaços verdes com relva para outras plantas com menos consumo de água, muito menos consumo de água, há uma parte que já está resolvida, vamos agora iniciar em janeiro a remoção no eixo viário, na Avenida dos Descobrimentos, o que vai reduzir em muito a quantidade de água que vai ser gasta. Temos já no Parque do Ribeiro, a rega com a água reutilizada da estação de tratamento de Ferreiras e estamos a desenvolver um projeto para utilizar as águas residuais oriundas da estação de tratamento de Vale de Faro, precisamente para regar e lavar as ruas aqui desta zona, da Câmara e da Avenida dos Descobrimentos. Relativamente à questão do número de supermercados, por enquanto, e em Portugal funciona neste aspeto, podia ser mais controlado, mais programado, digamos assim, a questão dos supermercados, enfim, que é a economia a funcionar, portanto, enfim, é iniciativa privada deste que o terreno em termos de PDM que seja possível lá fazer qualquer edificação, mas com certeza que, mas realmente os supermercados de certeza absoluta que não são poucos não, mas pronto, são os que são e ainda há perspetivas de haver mais. Relativamente à Filipa falou aqui num projeto de urbanismo, eu ia pedir-lhe o número do processo, o arquiteto Eduardo que já registou com certeza e sabe de cor o número do processo, evidentemente, que a resposta de que essa linha passa mais ou menos por aqui, se bem que até percebo um bocado a resposta, mas não serve, é uma resposta que não serve, não é assim, e há custos desses pormenores, há situações de alguma forma estranhas e que perturbam o bom funcionamento das autarquias e dos técnicos municipais que têm que dar a informação técnica de acordo com os planos, neste caso, o PDM. Evidentemente que se esta questão das linhas tem também muito que se diga, depende da forma, de como é que as cartas foram idealizadas há bastantes anos e agora com os meios que temos agora é uma situação completamente diferente, mas, pronto,



vamos ver com o número do processo, ver se se consegue ultrapassar esta situação. A professora Milene falou aqui na questão do pessoal docente, acredito e respeito, evidentemente, só posso respeitar todas as manifestações de contrariedade relativamente à questão da docência e àquilo que a administração central quer levarem por diante. No entanto, são situações que não compete ao poder local, não compete à Câmara, compete à Administração Central, vamos tentar perceber o que é que vai acontecendo. A Administração Central transferiu algumas competências para a Administração Local, e se calhar quer passar ainda mais competências que aquelas, mas pronto, não sou eu que vou discutir essas transferências, depois na altura própria, se for uma questão de opção em recebê-las ou não receber, tem que ser discutido e tem que ser avaliado e depois de uma profunda reflexão sobre isso, no entanto, sou solidário entre aspas, com a luta dos professores, aliás, também fui professor durante muitos anos e acho que ainda sou, porque quando se é professor nunca se deixa de ser, acho que é sim, e também sinto aquilo que é da vossa preocupação. O senhor Hugo Palhinha sobre o Giro da freguesia de Ferreiras, respondo da mesma forma, os serviços estão a analisar esses vários aspetos que foram sendo dado a conhecer ao longo deste período que está a funcionar, desde o dia um de dezembro, repito, e para que possamos melhorar em muito, e digo muito, aquilo que neste momento está a acontecer, evidentemente, todos estas coisas, abrigos de autocarros, isso não será possível de um momento para o outro aparecer os abrigos todos, das linhas todas, que aumentaram de cinco para onze linhas e com uma extensão enorme, portanto, não será possível isto acontecer milagrosamente, tem que ser de acordo com o contrato que está assinado, inclusivamente o autocarro só passava a zona do Toy setenta, salvo erro e agora se está a tratar para ir à rotunda das Oliveiras, já é um bocadinho a mais. Agora já vieram outras pessoas perguntar se não pode ir lá ao cruzamento, e depois há de haver outras pessoas ainda a perguntar se não pode ir à ponte Barão. Isto enfim, felizmente ou infelizmente, é sempre assim, nunca estamos satisfeitos com aquilo que temos, mas ainda bem que é assim, acaba por ser bom sinal e precisa agora algum respeito. A senhora Susana Silva, sobre a chave das casas, evidentemente, para além da parte administrativa que foi antecipada relativamente ao fim da construção e a parte concursal que tem aqueles prazos todos para as listas de listas de ordenação, listas prévias, depois tem a audição dos interessados, para haver o período de reclamações, foram feitas reclamações, o júri analisou as reclamações, depois há a aquisição, para além da construção em si dos prédios, a aquisição do todo o



equipamento das casas e do mobiliário que é adquirido junto às casas, portanto, isto demora algum tempo, enfim, por acaso poderia ser mais rápido, mas infelizmente não é. Relativamente à dona Gabriela Pacheco, sobre a questão da bilhética, está a ser tratado, infelizmente, tem demorado também bastante tempo, mas já registei para dar algum avanço a isso, porque tem toda a razão, acho que a forma de vender bilhetes já é arcaica, foi o termo usado e acho que tem razão, tem que ser realmente alterado numa época que se pretende que seja de transição digital, portanto, até fica mal não resolver isto de uma forma mais célere. O senhor Rogério, acompanhei algum tempo esta problemática desta ribanceira, desta barreira que poderá estar em risco de ruir, mas a vereadora Cláudia que tem acompanhado mais de perto, não sei se ela quer dizer alguma coisa sobre isto. Não, diz que vai tratar do assunto, mas também vou registar aqui porque eu também já falei com o senhor e a coisa vai ter que se resolver em conjunto com o proprietário." -----

Andreia Guerreiro: "Eu gostava que vissem o horário do autocarro, porque é assim, os horários não estão afixados nas paragens. Eu tive acesso aos horários no terminal de Albufeira e tive também através da Santa Eulália. Entretanto, eu posso dizer que fiquei um bocadinho indignada, como é lógico, porque o autocarro vem desde a Rocha Baixinha, chega ao Alfamar, e aparece aqui Laranjal. O que é Laranjal? Para mim o Laranjal é um restaurante, não é uma localidade, para mim a localidade é Olhos de Água e Balaia, que nem sequer está aqui mencionado neste horário. Se nós que vivemos ali, não sabemos se o autocarro vai parar e vai passar em Olhos d`Água/Baleia, quanto mais um estrangeiro que nos visita, porque o Giro não é só para nós, também é por quem nos visita e não está aqui mencionado. Juntamente a essas folhas tinha aí também duas reflexões que é relativamente ao parque de estacionamento que foi requalificado de antes ser requalificada há quatro anos, eu ando a debater-me aqui com emails com a engenheira Fátima, que não consigo obter qualquer resposta. Na altura, o comandante posto da GNR pediu que fosse analisado, porque o parque de estacionamento levou muitas risquinhas e com tanto embelezamento, retirou-nos estacionamento e nós precisamos é de estacionamento e também tenho aí mencionado relativamente ao largo do depósito de Olhos de Água, porque em dois mil e oito foi requalificado, nós tínhamos os únicos dois baloiços que existiam na minha freguesia, continuo a dizer, minha freguesia, foram retirados no tempo do senhor Desidério para ser colocada a passagem da ciclovía. Realmente está lá a placa da ciclovía, não foi pintada a ciclovía, mas foram dadas



oportunidades a esplanadas e portas de abertura de loja. E eu pergunto, as esplanadas funcionam seis meses, e as crianças estão lá o ano inteiro e foram retirados esses baloiços, estou a pedir isto desde dois mil e oito, estamos em dois mil e vinte e dois. Obrigada." -----

Enzo Vernuccio: "Em relação aos supermercados, uma economia é forte, quando há uma diversificação da economia. Como a Câmara Municipal, temos a responsabilidade de que há já essa diversificação e não uma especialização na economia dos supermercados. EM relação as águas, se calhar, seria oportuno começar a envolver também a responsabilidade à população local, não só acho admirável a utilização de plantas que consomem menos água da ribeira, muito bem, mas acho que também a população tem que ser responsabilizada, para um consumo mais responsável de água. O terceiro ponto, foi se calhar esquecido o ponto sobre as barreiras arquitetónicas que não vi menção nenhuma."-----

Presidente da Câmara: "Não vou repetir novamente aquilo que já disse há pouco sobre as questões do Giro, já estão referidas no documento que tenho aqui entre mãos, vai seguir para os serviços, mas o parque de estacionamento que está em frente do Largo do Poço dos Olhos de Água foi requalificado já há uns anos e foi também requalificado aquele muro que estava em risco de queda, portanto, isso também deve ser referido, a requalificação do poço, tinha uma perspetiva inicial que foi quando entrou a crise financeira, era para ter sido um posto de turismo, aliás, foi idealizado por mim próprio, foi feita uma casa de banho e provavelmente vai ser entregue para administração, digamos assim, da junta de freguesia que está lá mais próximo, portanto, essas coisas vão evoluindo, vão avançando conforme as circunstâncias também do momento. Relativamente ao senhor Enzo, sobre os supermercados, evidentemente que a Câmara pode ter uma palavra a dizer, e se chegar a um ponto que acha ser exagerado e negativo para o concelho, pois, com certeza, terá que ter. Sobre a questão da águas, evidentemente que aquilo que falou há bocado da parte dos privados a terem que ter alguma responsabilidade, tem que ter no âmbito do consumo de Água, mas também se calhar, tendo em conta a questão urbanística, a questão como disse há pouco de criar cisternas como havia antigamente, não sei se sabe, as escolas do primeiro ciclo que havia antigamente e ainda há algumas no concelho todas tem uma cisterna no pátio da escola, precisamente para esse efeito, não havia água canalizada e havia água que era tirada com uma banda dessa cisterna. Isso pode vir a acontecer novamente, mas, para além



disso, pode haver uma utilização das águas de lavagens internas dentro da casa para usar para outros fins, isso pode acontecer, também por exemplo a ligação do lavatório à sanita, por exemplo, ao autoclismo. A questão das barreiras arquitetónicas, ainda há dias disse aqui nesta sala e, repito, as barreiras arquitetónicas de um local tem, independentemente de qualquer que ele seja, nunca estarão todas resolvidas, porque as barreiras arquitetónicas existem muitas, existem barreiras arquitetónicas para a deficiência motora, para a deficiência visual, para a deficiência auditiva, enfim, uma série de situações. Faço lembrar que o nosso museu, tem todas estas valências e está em condições de receber qualquer pessoa, é acessível a qualquer pessoa em que condições seja. Temos algumas praias acessíveis a pessoas com deficiência motora, existem já em muitas estradas, que vamos requalificando ou pavimento, fazemos já os acessos às passadeiras de uma forma rampeada, precisamente para dar hipóteses a movimentação motora, com pavimentos completamente diferente, há-de reparar nalgumas estradas, precisamente, penso eu, para não haver possibilidade de deslizarem e escorregarem e ser pior a emenda que o soneto, portanto, já há algumas coisas feitas. Temos um projeto para colocar aqui este espaço aqui em frente da Câmara, precisamente com esse feito de ser acessível a pessoas com dificuldades de locomoção, portanto, vamos fazendo algumas coisas, evidentemente, não está tudo feito." -----

Não havendo mais intervenções por parte do público, o Presidente da Assembleia deu início ao Período Antes da Ordem do Dia. -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:-----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Paolo Funassi: "Boa noite a todos é com orgulho e uma honra estar aqui, ser o primeiro estrangeiro ou um dos primeiros estrangeiros a ser eleito deputado municipal. Passo a apresentar-me sou nacionalista Albufeirense, um nacionalismo de inclusão, onde todos que amam Albufeira são bem-vindos, defender albufeira contra os inimigos externos e internos, promover Albufeira sempre em todas as atividades do concelho, contribuir e favorecer a democracia, liberdade de ideias no concelho, ajudar os Albufeirenses que mais precisam, respeitar e promover a cultura e tradições Albufeirenses, ajudar na promoção da marca Albufeira no exterior, para atrair turistas investidores, jamais criticar a cidade por conveniência política ou económica, tentar sempre uma coesão entre as forças políticas económicas do concelho, fomentar sempre a paz interior entre os Albufeirenses. Queria dizer que vou devolver, como estamos perto do Natal, devolver



a minha senha de presença. Acho que até deveria ser um exemplo a seguir, agora para o Natal, daria uma bela força para quem mais precisa.”-----

Cláudia Raimundo: “Boa noite, quero parabenizar o executivo pela realização do Albufeira Skate Challenge. O último evento de skate foi em dois mil e catorze, pelo que esta iniciativa foi muito aguardada e muito bem recebida por toda a comunidade praticante desta modalidade olímpica. Albufeira recebeu jovens e crianças de todo o Algarve e do resto do país que vieram participar nas competições, obrigada por valorizarem o skate, pois são muitos os jovens residentes que praticam este desporto. Temos em Albufeira vários campeões, como Ivan Baldé, que está hoje aqui ou o Marco Ribeiro, que foram durante o evento homenageados pelo município e pela Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, pelos seus percursos e conquistas em Portugal e no estrangeiro. Tivemos também a participação de clubes e associações locais, bem como músicos locais. O incentivo ao desporto e à cultura foi de realçar. Pelo segundo ano consecutivo, o Albufeira Natal está na baixa, face ao ano passado, este evento está maior e melhor, levar o Natal para a baixa foi uma importante decisão que se reflete no comércio que está a funcionar não a cem por cento como desejaríamos, mas temos visitantes de todo o Algarve. Albufeira tem vida em dezembro e esta é uma prova que os Albufeirenses podem manter o seu emprego durante todo o ano com turismo internacional, nacional e regional, mas bem sabemos que há um longo caminho a percorrer para lá chegarmos de forma contínua e sustentável. É importante então, o município continuar a traçar estratégias juntamente com os empresários da restauração, comércio, hotelaria, no sentido de ser combatido o inimigo comum, a sazonalidade. Defendo que os eventos também têm que gerar lucro para a cidade, o turismo de eventos pode constituir uma parte significativa na composição do produto turístico de Inverno, mas é preciso continuar a aposta na cultura, no lazer, no património e artes. É necessário continuar a trabalhar para devolver a identidade à nossa cidade, continuando na baixa de Albufeira e uma vez que falei em identidade, acrescento que os Albufeirenses estão desejosos para que seja corrigido um dos erros do passado, a devolução do Jardim do Largo Engenheiro Duarte Pacheco com construção de um lago e quem sabe um coreto como lá chegou a existir. Albufeira tem uma beleza natural inigualável, condições meteorológicas excelentes, mas para combatermos a sazonalidade, é necessária continuidade da valorização do nosso património, como foi um grande exemplo disso a requalificação da escadaria da praia do Peneco. A beleza do património dos espaços de lazer atrai turismo



de qualidade e faz com que os nossos residentes saiam de casa com o conseqüente fomento da economia circular durante todo o ano. Também quero chamar a atenção para a necessidade de passadeiras na zona do Alfamar e Falésia. Eu enviei um e-mail para a Câmara com mapas de localização, com a indicação das passadeira já existentes, que são poucas e com a minha humilde sugestão para novas passadeiras. São, de facto, zonas onde há muitos transeuntes de uma grande maioria, famílias com crianças e idosos. Por último, a bancada do PSD/CDS não pode deixar de prestar uma homenagem a um grande Albufeirense que nos deixou, o Hélder Bailote, ele era um grande defensor das nossas tradições e da nossa cultura e foi responsável por um dos mais bonitos postais da nossa cidade, a Casa das Conchas." -----

Helena Simões: "Boa noite, eu se calhar vou começar pelo fim, e uma vez que a nossa troca de informação não foi oficial, porque não foi aqui, eu gostaria de questionar o presidente da Assembleia Municipal, o porquê de ter sido atribuído um minuto ao deputado Funassi que foi eleito pela lista e na lista do PS e como respondeu há pouco, que estava a substituir um independente que só dispunha de um minuto, eu questionei, se assim sendo, se algum dia vier substituir o Presidente da Assembleia Municipal, se automaticamente a pessoa que o vier substituir será Presidente da Assembleia Municipal por um dia? Gostaria de mostrar o meu desagrado com esta atitude, este comportamento e gostaria de solicitar o tão famoso parecer, não é, porque já estávamos todos a estranhar se esta é a abordagem, é a conduta a adotar na eventualidade de algum dos independentes ser substituído, porque eu costumo dizer hoje são dois, amanhã podem ser três, quatro, cinco, não sabemos quantas pessoas estarão nestas condições, pelo que gostaria formalmente que o parecer fosse pedido. Depois, vou começar agora pela minha intervenção que trazia preparada, começaria por me penitenciar no atraso, ainda não ter feito, elaborado a proposta de criação do grupo de trabalho relativamente ao estado Sistema Nacional de Saúde no Algarve e em grande parte, porque também estou a braços com o SNS, no âmbito de situações familiares e doenças familiares. No entanto, prometo que no ano novo trarei a proposta comigo, não gosto de deixar as coisas vazias, falei e gostaria de realmente que todos nos uníssemos neste sentido. Aproveitando que estão cá os presidentes de juntas todos, gostaria de congratular os que já publicitam os editais das assembleias de freguesia nas páginas das Juntas de Freguesia e gostaria solicitar aos que ainda não fazem para o passarem a fazer, para que possam permitir que no fórum Assembleia de Freguesia haja fregueses e também nós, como deputados municipais,



possamos acompanhar o trabalho que é desenvolvido junto das juntas de freguesia. Depois, gostaria de congratular a Câmara, porque, ao que sei, o plano de drenagem continua em curso com alguns contratemplos, mas em curso e face às cheias que tem havido pelo país fora, é importante investir numa obra que não é uma obra visível, que não colhe votos, porque não está acima do solo, mas que evita as desgraças que por aí temos visto a assolar o país de norte a Sul. Uma breve nota de congratulação também em relação ao skate challenge, antes uma crítica construtiva para a próxima pensarem num segmento feminino, todos os desportos, normalmente existe o segmento feminino e o segmento misto e o masculino, uma pequena nota, porque estive lá e houve alguém que falou. A aldeia Natal, é fantástico ver Albufeira cheia de crianças, é fantástico ver aquela zona dinamizada numa altura que normalmente não costuma ter tanto dinamismo. Uma crítica construtiva, a pista de gelo é tudo menos de gelo, pronto, alguma outra alternativa poderia haver. Fim de ano, Rui Veloso, um cartaz fantástico, esperemos que a nossa cidade ganhe a vitalidade que lhe é normal. Ainda no que concerne a baixa e porque lá estive recentemente, há muitas caleiras, muitos sumidouros que estão cheios de terra, cheios de erva. É importante, uma vez que ainda não temos o plano de drenagem a cem. Gostaríamos de nos solidarizar com a luta dos professores, efetivamente não se resolve problemas estruturais emanando para não dizer outra palavra, transferindo responsabilidades e competências para quem não as tem, gostaríamos de nos solidarizar com a vossa luta, por muito que traga transtorno muitas das vezes aos pais e às crianças e tudo mais, mas percebo que só juntos e conseguimos chegar a algum lado. Gostei de ouvir a questão da saúde mental, mas que é dela? O desinvestimento já vai longo. A saúde já não existe, a própria professora que falou há bocado, a necessidade dos psicólogos nas escolas, se calhar é um psicólogo, não sei para quinhentos alunos, não sei, pronto, atirei para o ar, peço desculpa. Gostaria de questionar aqui o Presidente da Assembleia, qual é o modus operandi pelo conseguir ter resposta da Presidência da Assembleia Municipal e porquê? Enviei um e-mail a dezanove de setembro de dois mil e vinte e dois, a pedir um parecer, ainda não obtive nem resposta, nem acusaram receção, nem me informaram que o parecer foi pedido, o parecer nem vê-lo. Enviei dois e-mails a vinte e seis de setembro, a quinze de novembro de dois mil e vinte e dois, a pedir que me fossem enviadas as deliberações em sede camarária, porque não me foi enviado o ofício, eu faço esta pergunta porquê? A determinado momento, foi-me dito que eu só podia enviar para aquele e-mail, se calhar seria melhor os elementos da mesa também terem email da



Assembleia, se calhar como primeiro e segundo secretário e se calhar, se forem 3 elementos na mesa acautelar que os deputados da Assembleia Municipal recebem resposta em tempo útil, se calhar, ficaremos todos melhor servidos, porque dezanove de setembro, até ao presente momento, não obtive resposta.” -----

Luna Silva: “Nobríssima Assembleia Municipal, em nome do senhor Presidente da Câmara Doutor José Carlos Rolo e do senhor Presidente da Mesa da Assembleia Doutor Francisco Oliveira, considerem-se os presentes e os via online devidamente cumprimentados. Caro executivo, a aquisição de serviços, certificação local de contas do município de Albufeira tem sido um ponto sucessivo em várias assembleias municipais, pelo surgimento de dúvidas quanto aos princípios contratuais e pela possível violação de normas legais do Código dos Contratos Públicos. Na falta de transparência e imparcialidade, pelo facto de o município recorrer à mesma empresa desde o ano de dois mil e dezassete, à mesma equipa de auditoria, ao mesmo revisor de contas e pela possível ilegalidade pela escolha do meio de procedimento contratual, deve ser mencionado que foi este executivo, que na explanação deste ponto apresentado pela primeira vez nesta Assembleia Municipal, a vinte e seis de setembro de dois mil e vinte e dois, que ao sugerir de novo a contratação da empresa deve DFK Associados, referiu que a equipa de auditoria que precedeu a auditorias, certificação legal de contas era a mesma desde os últimos cinco anos. Urge salientar que aqui não se questiona a falta de profissionalismo das empresas contratadas, nem a sua ética, nem a sua eficácia, nem o seu bom rigor, mas apenas a fragilidade do próprio tema. Chamemos então as empresas contratadas pelo município de Albufeira, são elas as seguintes, a empresa Salgueiro e Associados, o grupo YOUR Audit, Salgueiro e Martins e a empresa Dfk Associados, empresas diferentes equipas iguais a fim de analisar todos os contratos celebrados com as empresas em causa, o partido Chega avançou com uma pesquisa no site Base ponto Gov., que para quem desconhece o portal base, centraliza a informação sobre todos os contratos públicos celebrados em Portugal Continental e nas regiões autónomas. E os resultados da pesquisa foram os seguintes, o contrato celebrado por concurso público no ano dois mil e dezassete com a empresa YOUR Audit consta na base de dados, mas não constam os contratos celebrados nos anos dois mil e dezoito e dois mil e dezanove, também eles por concurso público. O contrato celebrado por ajuste direto em dois mil e vinte e um com a empresa Salgueiro e Associados consta no site, mas o do ano dois mil e vinte não consta. Um facto curioso, no ano dois mil e dezassete, nos detalhes do



contrato, quando a empresa e o YOUR Audit Salgueiro e Martins ganhou o lugar de entidade de adjudicaria, uma das entidades concorrentes foi empresa Dfk associados. Senhor Presidente, face ao exposto e uma vez que se presume que tal omissão suceda por erro do sistema ou mau funcionamento do mesmo, a verdade é que se verifica que os contratos celebrados nos anos dois mil e dezoito, dois mil e dezanove e dois mil e vinte, não constam no portal base ponto GOV. e, por tal, a fim de analisar estes contratos em falta com as empresas responsáveis pela certificação legal de contas deste município, o partido Chega vem desde já requerer o envio dos mesmos em tempo e em prazo legal.”- Sílvia Dias: “Boa noite excelentíssimo Presidente da Assembleia, Câmara Municipal, vereadores, presidentes de junta, deputados, toda a população aqui presente aqui e lá em casa. Hoje, a minha intervenção vai ter três ideias. Em primeiro lugar, gostaria de felicitar a Comissão de Festas desta Câmara Municipal por ter organizado este fim-de-semana a festa de Natal, destinada aos trabalhadores desta casa, aos Bombeiros Voluntários e trabalhadores das Juntas de Freguesia do concelho. Em segundo lugar, gostaria de deixar uma sugestão, já para o próximo cabaz de Natal, atribuído aos funcionários da Câmara Municipal, substituir o cabaz de Natal por um voucher ou um cheque de Natal, com o mesmo valor. Esse voucher deve ser descontado no comércio local, porquê esta sugestão? Porque muitas pessoas têm hábitos alimentares diferentes, próprios e até algumas limitações de saúde e que tem que seguir um plano alimentar próprio. Assim, iríamos ajudar no comércio local e de outra forma, ajudar e colaborar às pessoas que beneficiam deste cabaz de Natal, e desse voucher, isto é uma sugestão, sei que estamos no final deste ano e este ano já não é possível, mas para o ano acho que era bom de pensar, aqui arranjarmos uma alternativa. A terceira situação que queria falar é, no passado dia dez e dia onze de Dezembro, a Banda Filarmónica de Paderne apresentou e mais uma vez no concerto de Natal na Igreja Matriz de Paderne e Albufeira, eu assisti, foi um concerto acompanhado por muitos músicos daquela banda, bem como com a presença do Grupo Coral da Sociedade Musical Paderne. Verifiquei que a banda Filarmónica, a maior parte dos músicos são jovens, quero dar os parabéns por este belo projeto, tanto ao nível pedagógico como cultural, por isso, os apoios financeiros que esta Câmara atribuí a esta entidade são muito bem aplicados. Em contra partida não sei muito bem, o que a Associação Sociocultural dos Amigos da Freguesia da Guia, em que eu resido nessa freguesia, e fiz um pequeno levantamento, e muitos residentes naquela freguesia, não têm conhecimento do plano de atividades da mesma associação,



duas realidades diferentes, completamente diferentes, mais uma vez considera-se que a Câmara Municipal deve criar um regulamento para este tipo de apoios às associações, porque a Associação Sócio-Cultural dos Amigos da Guia, funciona na antiga escola do primeiro ciclo da ilha da Madeira, é só o que sabemos." -----

Mónica Félix: "Boa noite a todos, hoje começamos por fazer algumas reflexões de final de ano. Albufeira Prometida confessa que foi um ano difícil, dada a conjuntura social, económica e política. As nossas intervenções foram sempre no sentido de contribuir positivamente para a melhoria das condições de vida dos albufeirenses, nos assuntos que mais interessam, a saúde, a educação e a habitação. Por outro lado, ainda não nos sentimos suficientemente esclarecidos em relação a algumas questões que levantamos na última sessão da Assembleia, também, porque não sei se me fiz entender em relação às questões que levantei. Inicio esta intervenção dizendo, zelar pela qualidade de vida e bem-estar da nossa comunidade, é uma responsabilidade de todos nós que exercemos funções públicas, a existência de equipamentos de lazer, jardins, parques infantis, instalações desportivas acessíveis a todos tem que ser considerada, porque não quero correr o risco de ser mal interpretada, destacamos de forma positiva o papel fundamental que as associações e os clubes têm e o trabalho que desenvolvem, o que acontece e muito bem com o apoio do município, utilizando as principais infraestruturas e os vários equipamentos municipais existentes. Contudo, um pouco por todo o concelho, em cada uma das freguesias existe um conjunto de infraestruturas e equipamentos que foram construídos e são da responsabilidade do município manter, que hoje carecem de requalificação e manutenção. Na minha intervenção passada, o que eu quis dizer é que, sendo essas infraestruturas consideradas para ser utilizadas pela nossa comunidade, de uma maneira em geral e por aqueles que não estão inseridos num clube ou numa associação e que não pratiquem desportos federados, é preciso intervir, requalificar, manter e, acima de tudo, saber gerir esses espaços que em alguns casos parecem estar abandonados. Em determinada altura, o senhor Vice-Presidente disse que estava nas GOPs a requalificação dos polidesportivos nas várias freguesias. Depois de uma análise ao documento, podemos verificar o seguinte: a intervenção no polidesportivo da Guia só está prevista para o ano de dois mil e vinte e quatro, o complexo desportivo de Vale Faro está previsto para o ano dois mil e vinte e três, ou seja, para o ano dois mil e vinte e três temos apenas a intervenção do Complexo Desportivo de Vale Faro. Atendendo ao que disse e o que me foi dito, volto a questionar, o que está pensado para os outros? É que



ainda temos o polidesportivo dos Olhos de Água, do Parque de Campismo, da Quinta da Palmeira e das Ferreiras, em alguns casos, as infraestruturas estão inseridas em zonas habitacionais, são muito procuradas por crianças que moram nas imediações e há situações que os campos têm buracos, falta de iluminação, vedações partidas, entre outras que representam perigos para os jovens. Na nossa intervenção na última assembleia foi também no sentido de alertar que não basta fazer a requalificação destes espaços, e gostaríamos de saber se estão a ser desenvolvidos planos de vigilância, manutenção e de gestão dos mesmos. Se não existir uma boa gestão e uma boa planificação dos recursos físicos e humanos, estes espaços vão se degradar e ficar ao abandono. Atualmente é o que está a acontecer. Não podíamos deixar de mencionar novamente o investimento que vão fazer no campo de futebol dos Montes Elois, o que a Albufeira Prometida quer é salientar, que temos um campo de futebol em Paderne que merece uma intervenção que, ao que sabemos, já chegou a ser considerada e justificada, a nosso ver esta intervenção seria uma mais-valia para Paderne, pois o campo fica situado numa localização estratégica, com um parque estacionamento, com cafés e com restaurantes à sua volta. Os jogos e os treinos dão vida a Paderne e consecutivamente levam pessoas a ficar dentro da localidade, dando vida à mesma, aos cafés e aos restaurantes, promovendo uma economia circular. Por esse motivo, consideramos que a prioridade, investimento, devia se centrar nesta infraestrutura em detrimento dos Montes dos Elois. Na Assembleia do dia dezassete de outubro, o Senhor Presidente disse que ia enviar à Assembleia o regulamento de gestão dos Pavilhões Municipais e desportivos, até hoje, o que nos chegou foi uma folha em Excel, sem qualquer explicação. Na última Assembleia questioneei o teor deste documento, o que significava? O que estava por detrás das fórmulas? Não obtive qualquer resposta. Posto isto, volto uma vez mais a solicitar o envio dos seguintes documentos: regulamento do funcionamento do Pavilhão Municipal e do Pavilhão dos Olhos de Água, o regulamento dos critérios de atribuição dos espaços pavilhões do concelho, os critérios definidos para a atribuição dos protocolos aos clubes e às associações, sendo também do conhecimento que está constituído um grupo de trabalho para elaboração ou revisão do Regulamento de apoio às associações que, já tinha sido apresentado numa Assembleia no ano dois mil e treze que não chegou a ser aprovado. Gostaríamos de saber qual é o ponto de situação sobre este regulamento e desculpem-me a minha insistência. Senhor Presidente, estes documentos, regulamentos que são fundamentais para demonstrar que o exercício é



feito é transparente, tem critérios claros e não circunstâncias ou de opiniões, existem ou não existem? Os regulamentos em questão são em primeiro lugar, aprovados em reunião de Câmara e posteriormente em sessão da Assembleia. São para ser públicos, para quem necessite e os possa consultar. Numa pesquisa realizada a outros concelhos, verificamos que estes regulamentos existem e estão públicos, demonstrando total transparência e rigor, e nós? Não temos porquê? Relativamente ao Conselho Municipal de Segurança, Albufeira Prometida considera que os conselhos municipais, todos eles sem exceção, são importantes. Já passou mais um ano e sabemos que o Conselho Municipal de Segurança não reuniu uma única vez e que ainda não foi dado posse a alguns dos novos membros que, entretanto já tomaram posse em algumas entidades. Senhor Presidente, para quando o início das atividades do Conselho Municipal de Segurança? Para finalizar, queremos dizer que Albufeira Prometida apoia a luta dos professores e reconhece que os professores, todos os dias, todos os dias lutam por um ensino de qualidade e melhor, estamos solidários com vocês. Aproveitando para desejar a todos os presentes e aos Albufeirenses um feliz Natal que não vos falte nada no próximo ano e que comam muitos chocolates mas com muita moderação, pois os excessos fazem mal à saúde." -----

André Lima: "Boa noite a todos, em primeiro lugar, como professor, quero reforçar a importância da luta de nós, professores pelo presente e pelo futuro da escola Pública e queria pedir ao professor Rolo que há de ser professor vida toda, para fazer tudo o que tiver ao seu alcance para repudiar todas estas últimas ideias do Ministério da Educação, que são totalmente contra aquilo que nós pretendemos para o futuro da nossa escola e dos nossos filhos das próximas gerações. Depois, em relação à Assembleia Municipal, eu hoje sinto-me privilegiado, porque parece que fui o único que tive uma resposta, três meses depois, quatro Assembleias Municipais depois, a questão que fiz no dia vinte e seis de Setembro, faz três meses teve uma resposta, recebi uma resposta hoje de manhã. A questão aqui é que a resposta que foi dada cria-me uma nova dúvida, as questões sobre as questões, se se lembram a questão tinha a ver com conservação e preservação da escadaria da arriba da praia do Peneco, uma candidatura para receber fundos em relação a esta conservação e preservação. Na informação de setembro veio que, não foi submetida essa candidatura e a minha questão foi porque é que não foi submetido essa candidatura? Foi a questão que eu repeti aqui, o que me chegou hoje de manhã, os documentos que me enviaram confirmam a existência de candidatura, mas



depois do processo todo, o termo de aceitação que lá está, que vem do mandato anterior, ainda com o nome da vereadora que cá estava antes, vem em rascunho, tem lá um draft por trás e eu não percebo se aquele documento foi assinado ou não, mas, independentemente dessas questões todas, o que eu percebo dali e que, era um investimento de um milhão de euros com uma participação de quinhentos mil. A questão, objetivamente é, vamos ou não receber os quinhentos mil euros que foram aprovados como participação ou se já recebemos? E se não vamos, porque é que não.”-

Adriano Ferrão: “Boa noite a todos, cumprimento todos na pessoa do Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, é curta a minha intervenção, mas não posso deixar de congratular hoje a dinamização que os jovens que estiveram aqui e que falaram praticamente em primeiro lugar no tempo do público, estes jovens que dinamizam este espaço, que tornam este espaço um espaço de discussão social e política e quanto isso hoje é raro na nossa juventude, os jovens interessarem-se por esse tipo de temáticas, enfim, são temáticas que os vão amadurecer, que os tornam mais responsáveis e serão eles que poderão capitanear, enfim, vários movimentos, várias outras dinâmicas que virão constituir o futuro desta cidade e de toda a população dos munícipes que aqui vivem e, por isso, os meus parabéns. Também quero lembrar que o Conselho Municipal de Juventude vai, com certeza, ser um órgão cujo contributo vai ser relevante e lembro que o PSD pugnou muito por esta no mandato anterior, para que este Conselho Municipal de Juventude viesse a ser constituído. Enfim, foi ele também responsável a seu modo, pela sua implementação e formação e, por isso de hoje para amanhã este concelho realmente vir a colaborar com o poder político e com as forças vivas do concelho, para que a juventude se sinta mais realizada, para que a juventude sinta que tem uma opinião. Eu sou professor, não podia deixar, obrigado senhora professora e colega, por ter trazido esse assunto aqui, é uma luta suprapartidária que procura justiça e valorização profissional perante anos de desdignificação dos docentes e que põe em causa a vontade dos jovens quererem esta profissão para o seu futuro, o que logicamente, irá baixar a qualidade do ensino português e se baixar a qualidade do ensino português, põe em causa não só a escola pública, mas com ela o futuro de Portugal. E isto é da máxima responsabilidade. Enfim, para além de um partido, todos os partidos deverão estar com esta causa. Queria falar um pouco sobre os horários do Giro, realmente, eu também tenho alunos que se queixam de que o Giro, embora seja um benefício, traz a necessidade



deste segundo período se ajustarem os horários para que os alunos realmente possam comparecer horas.”-----

Inês Mendonça: “Muito boa noite a todos, sintam-se, por favor, todos devidamente cumprimentados. Eu venho fazer umas pequenas e rápidas questões ao Senhor Presidente, relativamente às quais também peço, por favor, respostas diretas. A primeira pergunta tem a ver com a construção dos quarenta fogos na freguesia de Paderne que se vem, julgo já se encontra concluída esta construção e, portanto, o que eu gostaria de saber é qual é o ponto de situação relativamente a este complexo habitacional de renda convencionada, ou seja, se já está previsto iniciar-se, arrancar se aqui com os arrendamentos, uma vez que a todos nós sabemos da importância destes arrendamentos a preço convencionado, porque é uma forma sem dúvida nenhuma muito importante para mitigar as enormes dificuldades de habitação que existem no nosso concelho. A segunda a segunda pergunta também relacionada aqui um bocadinho com a habitação, é saber em que ponto é que está a execução da estratégia local da habitação, se já foi atualizada, porque se bem tem conhecimento, a última atualização já ocorreu há uns anos atrás há, algum tempo atrás. A outra pergunta tem a ver com a Lei de Bases de Habitação que prevê essa lei de bases da habitação a elaboração da Carta Municipal de Habitação e, portanto, o que eu pretendo saber é se essa carta Municipal de Habitação está a ser executada ou se há previsão para a sua execução? Por fim, aqui um tema que já foi trazida por alguns intervenientes, por algum público também, tem a ver com a rede Giro. De facto, há aqui uma nova rede giro mais alargada, que chega a mais locais, como o Senhor Presidente referiu com uma frota também cem por cento elétrica e isso não podemos deixar de dizer, que é de louvar e que é de aplaudir esse investimento que foi feito no alargamento da rede de transportes urbanos do concelho de Albufeira, mas, de facto, também tem conhecimento que algumas pessoas que utilizam de forma quotidiana esta rede de transportes queixam-se que para fazerem precisamente o mesmo trajeto, demoram o dobro do tempo, porque, enfim, vão por outro trajeto, o que faz com que demorem o dobro do tempo e, portanto, aquilo que eu ia perguntar é se, o Senhor Presidente tem conhecimento desta situação, mas já vi que tem, e se está previsto fazer alguma coisa, também já percebi que sim, de revisão destas linhas, não sei se será uma solução e, por fim, à semelhança daquilo que também já foi aqui dito, eu também não podia até por questões pessoais, deixar de manifestar o meu inteiro e profundo apoio àquela que tem sido a luta dos professores que, de facto, tem sido uma



carreira muito mal tratada ao longo de vários anos, por sucessivos governos e que merece ser muito mais bem tratada e muito mais dignificada. Muito obrigada.” -----

Domingos Coelho: “Boa noite a toda a Assembleia, boa noite a quem nos acompanha lá em casa, eu trazia uma questão, mas no decorrer aqui da nossa assembleia surgiu uma outra e aproveito já para lançar esta ideia. O Senhor Presidente disse que em determinadas situações pode ser possível vir até que negociar ou que digamos que, regulamentar algumas novas instalações de grandes superfícies comerciais, então lembrava, e se chegar a acontecer, que a freguesia de Paderne é a única freguesia que não tem qualquer estabelecimento de grande superfície. A questão que eu trazia aqui pensada era em relação às obras que se arrastam, da chamada quinta pedagógica, ao longo do tempo que esteve um cartaz a anunciar o início de obra, na altura lembro-me que nem tinha a data de término. Depois o cartaz desapareceu, as obras pararam, tanto quanto sei, parece que vão retomar as obras da quinta pedagógica. A pergunta que eu faço é durante quanto tempo é que demora ou estão previstas demorar essas obras? E, por outro lado, que tipo de quinta pedagógica, ou seja, que serviços ou que ações atividades se realizarão neste espaço?”-----

Leonardo Paço: “Então vou tentar usar o meu minuto, alguém disse aqui já que esta casa era a casa da Democracia, a democracia que aqui impera é uns falarem oito minutos, outros seis, outros cinco e alguns só terem direito a falar um minuto, mas pronto, que é que se há de fazer, os democratas são assim. Por outro lado achei hilariante, inclusivamente haver aqui deputados do PS, virem dizer que defendem a luta dos professores. Quero lembrar esses deputados que quem está a pôr os professores nesta situação é precisamente o PS, pois, se calhar, estão mal sentados, estão sentados no lugar que não deviam estar, porque é o PS que tem estado a prejudicar e a pôr em causa a carreira dos docentes. E boas festas a todos. Obrigado.” -----

Presidente da Assembleia: “Para a responder à senhora deputada que me interpelou diretamente relativamente à questão do tempo, a senhora deputada faz aqui uma afirmação, mas desconhece efetivamente o que se passa relativamente a esta situação. É muito simples, o senhor deputado que agora veio substituir a senhora deputada Carla Madeira enviou um documento ao Partido Socialista, solicitando a sua desvinculação, quer do Partido Socialista, quer do Grupo Municipal do Partido Socialista e, como tal, vindo a esta Assembleia vem como deputado independente, portanto, não há dúvida nenhuma para isso, basta ler também o artigo quarenta e seis B da Lei cento e sessenta e nove de



noventa e oito. Quanto à questão, se efetivamente existe alguma dificuldade em receber os pareceres, penso que a senhora deputada é talvez a única, eu tenho mandado a toda a gente, ninguém se tem queixado, mas já falei com a senhora secretária da Assembleia, para amanhã poder entrar em contacto e poder verificar quais são os pareceres que não recebeu e qual é a documentação que não recebeu pelo que essa questão está respondida. Não lhe permito clarificar e não lhe dou a palavra."-----

Helena Simões: "Uma vez que estou a ser impedida, fui visada diretamente, respondeu-me indiretamente e o pior, o pior de tudo é que está-me a responder a questões que eu não perguntei. Gostaria que constasse em ata que a deputada Helena Simões em resposta a uma alegada resposta do presidente da Assembleia Municipal, que não respondeu às questões que eu solicitei, porque o email a que eu me refiro e um e-mail de dezanove de setembro, em que eu solicito que a Assembleia Municipal solicite um parecer à entidade competente, parecer esse que nunca me foi confirmado, que foi solicitado, o email nunca foi acusado recepção, eu nunca referi em momento algum que não recebi os outros pareceres, eu estou a falar do email que foi enviado por mim, logo o presidente da Assembleia Municipal não me respondeu diretamente à minha questão, à minha interpelação, mais digo que o artigo quarenta e seis B da Lei frisa visada, quer hoje quer há duas assembleias atrás, tem apenas e só a ver com desvincular de um grupo municipal e vincular-se ou não, noutro grupo municipal, nada tem a ver quanto ao de mais, gostaria que constasse em ata." -----

Presidente da Assembleia: "Constará com certeza e o parecer está na minha mão e, portanto, ser-lhe-á entregue devidamente." -----

Presidente da Câmara: "Agradeço as questões aqui levantadas pelos deputados municipais, o Paolo Funassi e a Cláudia Raimundo agradeço as vossas referências, tentamos fazer sempre o melhor possível, embora como já disse nem tudo esteja feito, muito longe disso. A deputada Helena Simões falou no plano de drenagem, já foi feita alguma coisa, já foi feita a estação elevatória da Praça dos Pescadores, já foi feita a Rua Cândido dos Reis, portanto, e foi feita também a intervenção junto do Inatel que já resultou em alguma coisa, pelo menos naquelas zonas. Falta ainda o coletor de meia encosta, zona nascente, que é conhecido como a rua do MFA e falta o coletor da encosta de zona poente, que coincide com a Avenida do Ténis. Para além disso, falta a ligação da Avenida 25 de abril, do caneiro, ou reformular o caneiro para ter mais caudal, da Guarda Nacional Republicana, parque de estacionamento P5 até à estação elevatória, depois



falta o túnel, portanto, está tudo enviado para a CCDR, no sentido de, mesmo com esta situação que ocorreu surgir alguma possibilidade de financiamento, seja através do PRR ou não, porque o PRR é mais de falar do que dizer, vamos ver o que é feito, se é que vai dar, mas temos já no concelho uma obra praticamente terminada, financiada pelo PRR, mas o que me parece e segundo o que ouvi dizer, era talvez a única no Algarve. Sobre a deputada Luna Silva, referiu alguns aspetos, levantou alguma problemática sobre a questão da certificação legal de contas, a não publicação na base Gov. dos procedimentos em dois mil e dezoito e dois mil e dezanove, bem como dois mil e vinte, vou mandar averiguar para ver o que é que se passou, certamente foi algum lapso da própria plataforma, a nossa plataforma ainda há dias teve praticamente inoperacional durante alguns dias. A Sílvia Dias, falou na questão do associativismo, a questão da festa do fim do ano, a festa de Natal dos funcionários, bem como do cabaz de Natal, para o ano estou a pensar e a refletir sobre estas duas atividades e tentar alterar algumas coisas que aqui se passaram e estão a passar, no sentido de poder ou não ser alterado o modelo, não estou a dizer que vai ser, até lá ainda falta um ano, não podemos é só pensar quando faltar oito dias. Sobre a questão da banda de Paderne e outras associações, evidentemente que as associações em Albufeira e em qualquer outro concelho, Albufeira tem o movimento associativo e já há alguns anos, bastante conceituado, muito dinâmico, nos três níveis cultural, social e desportivo, todos eles na sua generalidade, desempenha um papel fundamental na educação dos jovens e das crianças, evidentemente, é uma educação formal que se passa nas escolas, mas informal que os clubes têm. Os clubes e associações, tem desenvolvido ao longo dos anos, por isso também nem todas podem receber o mesmo quantitativo em termos da sua atividade, obviamente, e para além da atividade do contributo financeiro, é importante referir que recebem a questão lojista dos transportes, da isenção da licença especial de ruído, quando efetuam qualquer evento, várias regalias. Relativamente à deputada Mónica, não vou novamente falar em Paderne, porque se não parece que estamos sempre a falar em Paderne, mas de qualquer das maneiras referir que as questões levantadas sobre o campo de futebol dos Elóis já estão ultrapassadas, portanto, não vou agora andar aqui a repetir em todas as assembleias o que é que se passou. Já disse e repito, e vou dizê-lo novamente, embora seja repetido, que reuni com o senhor presidente da junta, à altura, de Paderne, firmámos um protocolo para utilização do espaço, onde o campo de futebol sintético vai ser construído, vai ser implantado, falta implantar as ETAR, portanto, temos de



preparar o terreno primeiro para levar a relva sintética, e foi em colaboração também com a atual direção, portanto, não há ali nada feita à revelia, nem por imposição de ninguém. Sobre questão do envio, vou fazer referência para que se envie os documentos que foram pedidos. Relativamente às escadas do Peneco, André Lima falou na questão se já recebemos, eu penso que já recebemos, no entanto, amanhã dou uma resposta por telefone. Foi transversal a questão da luta dos professores, é preciso ver a importância, que os professores deixaram de ter um pouco autoridade que já tiveram e agora está um bocado deteriorada, o que não é bom para o próprio ensino, e a escola pública, com certeza que não acaba, mal de nós agora, evidentemente, também tem que ser pensado e, como já disse há pouco, estou solidário, sem refletir muito sobre isso, mas estou solidário da luta que os professores têm travado nos últimos tempos. Sobre a questão do Giro, também já foi aqui falado várias vezes, que vai ser revisto e tudo o que for possível alterar, vai-se contemplar as sugestões e as opiniões, o que não for possível, porque nem tudo é possível, não é? Sobre a questão da estratégia local de habitação, foi elaborada há três ou quatro anos, portanto, não está tão desatualizada de tudo isso, e está em andamento, estamos a terminar o projeto de especialidades do projeto das setenta e duas frações nas Fontainhas, projeto da Quinta do Barros, o projeto da Samora Barros e estamos a ver se se consegue concluir estes projetos e depois disso haver as candidaturas ao PRR forem possíveis. Sobre a carta educativa, a carta educativa está feita já há bastantes anos, tem estado a ser revista, o Giro já falei que existe alguns problemas, é verdade. Deputado Domingos Coelho falou na quinta pedagógica, as obras decorreram na casa que lá está, durante algum tempo, praticamente terminado, só que a aplicação de um produto no teto, incendiou e está agora a ser revisto em termos de seguros, o ano passado há 2 anos, no entanto lá no mesmo perímetro foram plantadas algumas árvores, nomeadamente sobreiros e outras árvores também, e vai ser plantado uma zona de vinha que já tem licença atribuída, bem como tem um espaço onde estão criados talhões para hortas comunitárias, isso tem sido um sucesso e muita procura para além daquelas, são perto de cinquenta hortas comunitárias." -----

Inês Mendonça: "Agradeço as respostas a algumas das questões que coloquei, no entanto, ficaram duas por responder. A primeira prende-se com os quarenta fogos em Paderne, a minha pergunta tinha a ver se havia alguma previsão para se iniciarem então os arrendamentos neste complexo habitacional e a outra tem a ver com a carta municipal,



não de educação, mas da habitação. Que eu perguntei se essa carta Municipal de Habitação está a ser executada, ou se está prevista a sua execução. São estas as duas perguntas para as quais eu gostaria de ver resposta." -----

Presidente da Câmara: "Já respondi sobre a questão do equipamento e mobiliário, logo que esteja terminado, o resto já está, as chaves serão entregues, penso eu, diria dentro de um mês está tudo em condições. Relativamente à questão da estratégia local de habitação, como já disse também, está em andamento, como acabei de dizer há cinco minutos atrás, e vamos com certeza a estar abertos a outras situações, inclusivamente até à aquisição de habitações para entrar por exemplo no primeiro direito de habitações já construídos, isso é perfeitamente possível isso acontecer, só que Albufeira não tem assim tanto quanto tudo isso, mas quem conhecer alguma coisa é fácil de contactar no sentido de se poder financiar."-----

Leonardo Paço: "Como tenho 10 segundos venho perguntar porque é que o deputado Paolo Funassi não pode ter direito a defesa da honra?" -----

Presidente da Assembleia: "O senhor deputado Paolo Funassi não tem direito a defesa da honra, porque não foi desonrado neste nesta Assembleia, aquilo que efetivamente aconteceu foi uma informação sobre factos que ocorreram." -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros, o Presidente da Assembleia deu a palavra à Primeira-Secretária para fazer a LEITURA RESUMIDA DA CORRESPONDÊNCIA. A correspondência fica acessível a todos os digníssimos membros, para consulta, no gabinete da Assembleia Municipal. -----

ORDEM DO DIA

PONTO UM

Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea c) do n.º 2 do Art. 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Carla Vieira: "Neste ponto o Albufeira Prometida tem quatro pedidos de esclarecimentos. O primeiro consta na página seis, que o município contribuiu com quantia de trinta e dois mil e quinhentos euros para a realização do Portugal Masters. Questionamos, quando e onde se realizou este evento? Qual é o critério de atribuição deste valor por parte do município de Albufeira? Segunda questão, na página catorze



consta que não foi aprovada a candidatura do programa Time Travel e questionamos a razão de decisão da não aprovação. Terceira questão, que não é bem uma questão, portanto, aproveitamos efetivamente também na página catorze, aproveitamos para lamentar a notícia de que o município de Albufeira não irá beneficiar toda a verba disponível para o financiamento de ações de comunicação, sensibilização e educação para o ano dois mil e vinte e dois, uma vez que presumimos que a candidatura tenha sido entregue fora de prazo, questionamos que valores estão em causa. Por último, na página dezassete verificámos que existe uma discrepância de valor no concurso público para execução de obras de melhoramento e conservação do campo de futebol nos Montes dos Elóis, o qual indica a quantia de trinta e nove mil e oitocentos e noventa e nove euros. e o montante aprovado na última sessão de Assembleia, no passado dia cinco de dezembro, foi aprovada a quantia de quatrocentos e vinte e cinco mil euros acrescido de IVA. Qual a razão desta discrepância e diferença?" -----

Helena Simões: "Eu gostaria de enaltecer que, através da comparticipação deste município, a muitas associações, clubes, IPSS, esses cada uma de genes diferentes, mas certo e sabido é que essa ajuda, essa comparticipação financeira viabiliza um trabalho valioso que é desenvolvido e que, de alguma forma, acaba por ser transferido para essas associações, clubes, e IPSS, não vou distinguir, até porque as páginas são muitas e eu poderia ter preferência por um trabalho de uma associação em detrimento do outra. A realidade é que todas elas chegam aos munícipes, todas elas ajudam os munícipes, todas elas servem a comunidade, daí o porquê que eu gostaria de enaltecer esse trabalho e que tem vindo a ser contínuo e que se manteve durante a situação pandémica, que se mantém agora com os constrangimentos dos aumentos exponenciais das matérias-primas e tudo mais, efeitos colaterais da guerra e mesmo assim, o município tem estado lá e tem sempre dito, estamos cá, estamos presentes e continuaremos sempre a estar presentes e isso seria de enaltecer. Depois na rubrica onde aparece na informação do presidente a dizer diversos, eu não lhe poderei dar outro nome senão esse, porque é o que lá consta, de enaltecer que continua-se a apostar no desporto e não exclusivamente nesta ou naquela modalidade que possam ser mais ou menos famosas, ou que são as modalidades de momento, não, é diversificado o investimento, o que permite que os nossos jovens ou menos jovens pratiquem desporto dentro das suas próprias vontades e aptidões e valências. O que nos coloca num trilho, o que nos coloca num caminho para garantidamente, conseguirmos ser a cidade do Desporto que queremos vir a ser. Valorar



também a continuação no investimento na cultura, preservação do ambiente, principalmente no vetor social, educação e na habitação. A cara colega deputada já falou dos cabazes, mas eu também gostaria de enaltecer a atitude dos cabazes, independentemente da forma, é sempre algo muito agradável quando se trabalha, neste caso numa empresa, sermos congratular-nos na altura natalícia com um cabaz, mas mais do que isso, as prendas Natal para as crianças, que dão sorrisos para muitas crianças que às vezes poderiam não ter essa possibilidade. Depois, gostaria de abordar um bocadinho a situação financeira do município, até porque vamos aprovar ou vamos discutir e debater e eventualmente, aprovar o GOP e o PPI e o OPOP para dois mil e vinte e três e acho que seria importante falarmos nessa questão. A situação financeira do município consta do documento na página vinte e cinco a trinta, a receita do município está, situa-se acima dos cem por cento, o que é bom, na ótica da despesa, a execução é de sessenta virgula cinco no PPI, a execução cai exponencialmente, cai para metade, trinta e um virgula cinco, mas recordemos os que o PPI é um plano plurianual de investimento, presume-se que a baixa execução do mesmo se deva a morosidade dos procedimentos, vistos do Tribunal de Contas, constrangimentos do setor público, até porque estamos a falar como referi há bocado do plano plurianual. Na ótica das receitas o peso que os impostos locais têm, se bem se recordam algumas Assembleias atrás, falei do anuário dos Municípios em que, no Anuário dos Municípios, Albufeira aparecia como um dos municípios com maior poupança para os munícipes que tenham habitação própria permanente e que paguem, por consequência, o IMI e volto a reiterar essa mais-valia aqui em Albufeira, porque continua na taxa mínima, importa também que, despesa com pessoal são apenas trinta e dois virgula trinta e oito por cento e recordo que muito pessoal foi transferido no âmbito da transferência de competências do Estado para as autarquias, logo seria perfeitamente razoável que este aumento com despesas de pessoal ou pelo menos percentualmente aumentasse, o que não é o caso parece-me pelo menos estar mais ou menos estável. Depois importa também frisar o saldo à data da elaboração do documento, obviamente, não é o saldo final do ano, porque o ano ainda não acabou, mas quarenta e oito milhões em seguimento a uma situação pandémica com tudo o que o município ajudou, isentou de taxas, esteve despesas acrescidas com a pandemia, com a crise da guerra, com os impostos nos mínimos é de louvar e gostaria aqui de deixar e de congratular o executivo por esse feito. No âmbito do mapa de pessoal, dotar os municípios de recursos humanos capazes de dar resposta às solicitações e necessidades



do município em todas as suas valências, pois o capital humano é o mais valioso em qualquer câmara.”-----

André Lima: “Tenho aqui três questões a colocar, duas já foram colocadas pelas deputadas da AP, mas tenho aqui mais alguns dados e acho que se perguntarmos duas vezes, se calhar, temos a resposta mais facilmente. Na página doze referem a candidatura para financiamento de ações de comunicação, sensibilização, educação, dois mil e vinte e dois, para a sociedade ponto verde e depois na página catorze diz que não há verba disponível para o apoio, porque foi tudo entregue para quem submeteu as candidaturas até trinta e um de agosto. A questão é, porque é que esta candidatura não foi submetida antes de trinta e um de agosto, e qual seria o valor deste apoio que foi perdido? Depois na página seis também é repetido, mas também tenho aqui mais alguns dados e até algumas respostas. Portugal Masters de golfe foi agraciado com trinta e dois mil e quinhentos euros, dados a PGE European Tour, a questão é, tendo em conta que este evento foi realizado fora do concelho, em Vilamoura e que pelo que está no site deles, os prémios Prize-money, como está lá, é de um milhão e meio de euros, qual a razão deste apoio? Se houve algum atleta do concelho envolvido neste evento? Depois na página dezassete, refere-se um ajuste direto de trinta e um mil euros para o concerto dos Moonspell, vem de vinte e dois de Setembro. No portal dos contratos Públicos está outro ajuste direto, de quarenta e cinco mil euros, com data de três do onze de dois mil e vinte e um com os Moonspell, questão, considerando que só houve um espetáculo dos Moonspell em Albufeira, porque razão é que estes foram pagos duas vezes?” -----

Luna Silva: “Não há duas sem três, o partido Chega tem algumas questões a colocar no âmbito da apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal. A primeira no setor dos diversos, foi tomado conhecimento que o município de Albufeira foi notificado da decisão de não aprovação da candidatura TTT, The Time Travel no âmbito aviso CREA-CULT dois mil e dois COOP do Programa Europa criativa, o partido Chega, pretende saber quais foram os motivos da decisão de não aprovação desta candidatura. Segunda, tomou-se conhecimento que o município de Albufeira foi notificado que a candidatura à sociedade ponto Verde para financiamento de ações de comunicação, sensibilização, educação dois mil e vinte e dois não iria beneficiar de apoio, uma vez que toda a verba disponível para o financiamento e ações de comunicação, sensibilização e educação para o ano de dois mil e vinte e dois já havia sido executada nas candidaturas que submeteram as suas ações até ao dia trinta e um de agosto. Senhor



Presidente, qual foi o motivo da não beneficiação deste apoio? Por fim, nos despachos de adjudicação no procedimento de concurso público com publicação para aquisição de licenciamento Microsoft para o município de Albufeira com a entidade adjudicatária denominada INETUM Espanha, sucursal em Portugal, o valor da adjudicação e de quinhentos e setenta e nove cento e quarenta e três euros e oitenta e dois cêntimos, o partido Chega foi pesquisar o contrato celebrado entre o Município de Albufeira e esta empresa. De acordo com a primeira cláusula, o contrato tem por objeto a aquisição de licenciamento Microsoft e nas condições de pagamento, o preço contratual é de duzentos e trinta e sete mil quatrocentos e quarenta e oito euros e noventa e seis cêntimos para o ano de dois mil e vinte e dois, dois mil e vinte e três e dois mil e vinte e quatro, questão: como é que funciona o sistema de aquisição de Microsoft, de licenciamento que acarreta que todos os anos seja necessário pagar um valor tão alto? Obrigada."-----

Domingos Coelho: "Em relação à informação do Senhor Presidente, na página vinte e nove, diria mais que um pedido de esclarecimento é talvez uma constatação e já que estamos em ambiente de orçamento diz-se no penúltimo tópico, o valor de investimento global representa doze virgula nove da despesa total e na página anterior dizia-se que destes doze virgula nove por cento que já é uma percentagem baixa, só trinta e um por cento virgula cinco é que estão executados, portanto, isto remete para outra questão que penso que vamos falar mais à frente, que é a baixa execução para rubricas de investimento e que elas próprias, estas rubricas de investimento já são extremamente baixas."-----

Presidente da Câmara: "A deputada Carla Vieira falou na questão do Portugal Masters bem como mais alguns deputados levantaram essa problemática. Como é que foi encontrado? Porquê? Porquê o apoio? Se algum atleta de Albufeira, Portugal Masters não se trata de atletas daqui ou dali, se é um evento de nível internacional mundial, onde ocorrem jogadores de Golfe bastante conceituados e nesse aspeto, nós em sede da AMAL, portanto, e a distribuição pelos concelhos foi baseada em critérios de proximidades, porque o facto de haver Portugal Masters não aqui no concelho, mas em Vilamoura faz com que haja várias estadias de atletas aqui no concelho, portanto, há aqui um benefício direto relativamente a isso, tal e qual como há uns anos, também todos os municípios contribuíram, uns mais, outros menos, tendo em conta a proximidade e o número de pessoas, enfim, é uma fórmula que é feita na AMAL em que se faz alguma



distribuição para estes eventos. Provavelmente vai acontecer também na Fórmula Um, para que possa vir a acontecer em dois mil e vinte e três, já ouvi falar nisso. Também já ouvi falar no equipamento de uma sala de oftalmologia no Hospital de Lagos, portanto, a situação está assim, as câmaras estão se a substituir à administração central, essa é que é a verdade, nua e crua, porque tudo isto é da responsabilidade da administração central, não é a administração local, obviamente, que não é. É o hospital de Lagos que faz parte do CHUA, a Fórmula Um é um evento que tem que ser financiado pela Direção-Geral Turismo ou pelo Ministério da Economia, Portugal Masters, a mesma coisa. Os municípios já contribuíram também para que a Universidade pudesse aumentar o número de vagas no curso de Medicina, que também é da responsabilidade da administração central. Portanto, já há aqui uma série de coisas da responsabilidade da administração central, evidentemente, todos ou alguns de nós reclamamos em sede da AMAL, mas depois vamos lá ver, supomos agora que a Albufeira não entrava para contribuir para o equipamento da sala de oftalmologia do Hospital de Lagos, era Albufeira que vinha aí nos jornais que foi o único Município que não contribuiu, era logo "bandidos, têm dinheiro para gastar e não têm para isto" é logo, toda a gente pensa assim. Ainda há dias disse na última reunião, alguém pensou um dia destes, que quando houvesse um resto em falta, deixa estar que alguém há-de pagar e quem paga? São os Municípios. Nós no espaço de um ano, já foram cinco, para além disso temos os ventiladores, que deram esse problema todo, que também foram adquiridos pelos municípios para dar ao hospital de Faro e depois gerou aquele problema, porque vinham avariados, ou vinham inoperacionais. Como digo, vão chegar mais dois pedidos para já, não quer dizer que não haja mais. Depois relativamente à questão, uma vez mais do campo de futebol dos Montes dos Elóis, está aqui trinta e nove mil euros numa verba e mais quatrocentos e vinte e cinco, isto são verbas plurianuais do ano dois mil e vinte e dois, do ano dois mil e vinte e três, certamente é isso, mas vou mandar verificar. Relativamente à deputada Helena Simões falou na questão financeira, na questão dos impostos, Albufeira esta na taxa mais reduzida do imposto municipal sobre imóveis, o que faz com que os proprietários fiquem com mais dinheiro no bolso, está a zero ponto três, mas também a nível do IRS, também devolve cinco por cento às pessoas, as pessoas se calhar não se aperceberam ainda, mas os Albufeirenses descontarão menos cinco no IRS que muitos outros pelo país fora, portanto, isto é bom que se diga, não é só dizer coisas que estão menos bem, que não me incomoda ouvir, de maneira nenhuma, até acho que é importante. Já se falou aqui na não



candidatura de um projeto da Europa criativa, era um projeto sobre vários países, nomeadamente em Portugal o que temos é o projeto onde está inserido o Castelo de Paderne, temos um Lourinhã, Azambuja, depois há um município na Islândia, outro em Chipre, Bulgária, vários países, é candidatura feita, não a nenhuma instância portuguesa, nem nenhuma entidade portuguesa, mas à própria Europa, é uma candidatura feita diretamente a Bruxelas, e quase que atingiu o número pode ser para ser aprovado, mas ficou por pouco e, no entanto vai ser repetida, melhorada a própria candidatura. Vamos ver se vamos ter mais sorte. A Luna Silva falou na ação de sensibilização, penso que era através do fundo ambiental, mas o fundo ambiental, acho que o máximo é cinquenta mil euros, e funciona um pouco, quando se chegar lá, se candidatar, quando houver dinheiro, paga-se, se não houver dinheiro não se paga, não é bem como os outros programas. Vamos tentar ser mais céleres e acho que era importante que isso acontecesse. Quanto ao licenciamento da Microsoft, os valores são tão altos, porque o licenciamento é mesmo esse, não é? Não considero que se ponha lá valores mais altos que aquilo que são o licenciamento obrigatório. Isso foi uma empresa espanhola, é um concurso internacional, dado o valor que tem, pode concorrer. O Domingos falou na baixa execução em termos da parte do investimento, uma das razões, não quer dizer que seja a única, para além de ter havido duas outras obras que foram a concursos, e não houve concorrentes, nomeadamente o Lar das Fontainhas, a Unidade de Cuidados Continuados, a Estrada do Paraíso, que está agora já em andamento, mas os outros dois também estão em andamento, vamos ver se agora se resolve esse problema. E depois, porque os preços foram vistos de uma maneira agora os preços estão todos os dias a aumentar, quer em termos energéticos quer em termos de matérias-primas. Por um lado era a mão-de-obra que havia falta, o Lar dos Olhos de Água, a construção já está quase acabada, falta agora o equipamento, mas há quanto tempo começou o procedimento? Começou há imenso tempo, mais a mais com esta incerteza no futuro, os empreiteiros também tem um bocado de receio de concorrer. Depois, para além disso, houve aqui dois concursos entre despesas correntes que realmente tiveram parados, por outras razões, foi o Giro, os transportes urbanos e foi a questão da limpeza urbana que teve três anos no tribunal e que podia já ter produzido efeitos nestes últimos anos e nada produziu, está agora lentamente, mas agora com dificuldade de aquisição de equipamentos, porque não há stock, o combustível que havia para a elaboração dos carros de recolha, a maior parte deles era gás natural, o que vem piorar ainda mais a situação, porque o gás é uma



problemática no seu fornecimento, nenhum fornecedor garantiu à empresa, o fornecimento atempado e o preço. Estamos a tentar ver se conseguíamos por alguns elétricos, no mínimo, porque é diferente uma viatura de limpeza urbana é completamente diferente de uma viatura de passageiros. A viatura de passageiros é só circular, a limpeza urbana, para além de circular, tem que usar todos os mecanismos, de gruas, e isto funciona tudo com base na energia do autocarro. Lá ver se consegue algum a hidrogénio, qualquer coisa que o valha, mas depois não será fácil, porque o aumento do preço da viatura provavelmente vai implicar com que haja uma revisão ou um reequilíbrio do contrato, vamos ver o que é que é possível fazer."-----

Paolo Funassi: "Queria colocar duas questões mas antes enaltecer obviamente tudo o que já se está a fazer para realçar Albufeira, como capital do desporto, uma cidade que aposta nos jovens tem que apostar, obviamente, no desporto. Também estou a favor em fazer projetos, digamos de regiões com outras regiões, com outros concelhos e assim como, por exemplo, o Geoparque Algarvensis, um caso de sucesso e também enalteço o facto de que o IMI é um dos mais baixa do país. A fatura das águas também é entre as mais baixas do país. E queria colocar então duas questões, tem feito muito Albufeira para uma integração de estrangeiros também com os ucranianos, por exemplo, e queria parabenizar também o vereador Ricardo Clemente que se esforçou muito nisso, queria dizer então para dois mil e vinte e três haver mais projetos de integração com a comunidade estrangeira que são quase trinta e cinco por cento da cidade de Albufeira e, obviamente, todos juntos, portugueses e estrangeiros remando na mesma direção, seria realmente uma mais-valia para o concelho. Queria parabenizar o vereador Cristiano Cabrita, pelos projetos que tem em mente e sobre e a geminação, relançar geminações para a cidade em dois mil e vinte e três, eu já tenho feito contactos com a importante cidade industrial da Lombardia, que está pronta para se geminar com Albufeira, digamos assim, esperam a nossa resposta e é uma cidade industrial e comercial, ou seja que seria o contrário do que somos nós, somos muito compatíveis."-----

André Lima: "Em relação às minhas questões, o Presidente passou do Portugal Masters para o Hospital de Lagos e sobre a transferência de competências e depois para a Universidade do Algarve e o curso de Medicina, e depois terminou a dizer em relação ao Masters é isso. Não percebi muito bem essa volta toda para responder a uma coisa que tinha a ver diretamente com este investimento. Eu percebi a primeira parte, não percebi todo o resto. A outra, eu bem disse que, se calhar fazendo a pergunta duas vezes,



tínhamos a resposta, ajuste direto, trinta e um mil euros para o concerto dos Moonspell, no portal dos contratos Públicos está outro ajuste direto de quarenta e cinco mil euros, questão: considerando que só houve um espetáculo dos Moonspell em Albufeira, por que razão foram pagos duas vezes?" -----

Presidente da Câmara: "A volta que dei não foi nenhuma volta ao Algarve, no entanto, a isso tudo o principio é todo o mesmo, o que eu disse foi que eram projetos e situações que deviam ser promovidos e contemplados em termos financeiros e referenciados pela administração central e, no entanto, todos eles têm esta parte em comum, por isso mesmo é que eu falei em todos, falei no curso de Medicina, no Portugal Masters, falei na Formula Um, e falei em dois que vão surgir dentro de pouco tempo, que é o Hospital de Lagos e é a oftalmologia e a Formula Um, novamente no autódromo. Portanto, a volta que eu dei foi esta precisamente, parece uma salada russa, mas não é, o principio é o mesmo, são financiamentos que deveriam ser da administração central, repito e, infelizmente, para existir a Fórmula Um, no ano passado ou há dois anos, tiveram que ser os Municípios a contribuir com algum, e este ano por aquilo que eu estou a ver, foi a mesma coisa. A primeira coisa quando chego à AMAL é que falta um milhão de euros para existir fórmula um, Relativamente ao Moonspell, vou me certificar, mas um deve ser a questão do grupo em si e o outro deve ser o palco, som, iluminação, tudo isso. Mas amanhã vou mandar ver isto."-----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia passou ao ponto seguinte.-----

PONTO DOIS

Tomada de conhecimento do apoio extraordinário concedido à Junta de Freguesia da Guia - Mercadinho de Natal;-----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Helena Simões: "Não tem nada a ver diretamente com o Mercadinho da Guia, era apenas para, eventualmente, começarmos a ver o concelho como um todo e cada junta com as suas valências, com as suas características muito próprias e aquilo que se tem visto pelo menos no último ano, ano e meio, tem ocorrido uma sobreposição de festejos, de festas, de datas, de eventos. Todas as juntas fazem na mesma data, e se calhar, pensarmos isto numa ótica de concelho, em vez de estarmos a pensar às vezes ótica bairrista, de cada



junta, querer fazer precisamente a mesma coisa. Eu percebo que é que que é chato, percebo que é complicado, mas uma vez que muitas das vezes os pedidos até são dirigidos à câmara, não sei criar uma forma de harmonizar, até porque para nós munícipes que queremos ir a todo lado, queremos fazer tudo, queremos está com toda a gente, torna-se complicado porque ainda não temos o poder de sermos onnipresentes e coloco isso à consideração dos presidentes de junta, eventualmente, encontrar uma forma concertada de.” -----

Paolo Funassi: “Queria dizer que é o caminho certo, que tem apoiado muito estas freguesias sobretudo de Paderne, por exemplo, Roma e Guia não se fizeram num dia, assim parabéns também ao Dinis pelo trabalho que está fazendo na Guia e obviamente ao executivo atual, mas também sem esquecer o Carlos Silva e Sousa, e Desidério Silva que também nos últimos vinte anos, todo o concelho tem vindo a melhorar, esse é o caminho certo.” -----

Presidente da Junta de Freguesia da Guia: “Boa noite a todos, vou ser breve, dou toda a razão à deputada Helena Palhota, realmente é verdade, tanto é que nós tivemos que fazer o nosso mercadinho de Natal em novembro, para não coincidir com nenhuma data, porque são tantas festas, tanta atividade que uma pessoa tem que se antecipar e correu bastante bem. Agradeço o apoio da Câmara, foi a isenção da taxa de ruído, mas acho que é muito importante futuramente, se pensar num todo, sim, para não termos três ou quatro festas, no mesmo dia aqui no nosso concelho.”-----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia passou ao ponto seguinte.-----

PONTO TRÊS

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da Transferência para o ano 2023 dos saldos dos compromissos existentes à data de 31 de Dezembro de 2022; O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25) Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Nelson Cachita, Teresa Neto, Inês Mendonça, Mónica Coimbra, Helena Simões, Domingos Coelho, Carlos



Goulão, Rui Bernardo, Luna Silva, Leonardo Paço, Luis Afonso, Silvia Dias, Carla Vieira, Margarida Guilherme, Cláudia Raimundo, André Lima, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Paolo Funassi, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----

O Presidente da Assembleia propôs a discussão, em conjunto, dos pontos quatro e cinco e votação em separado, o que foi aprovado por unanimidade. -----

PONTO QUATRO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, conforme a alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, das Grandes Opções do Plano 2023-2027; -----

PONTO CINCO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, conforme alíneas a) e o) do n.º 1 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro do Orçamento e Plano Orçamental Plurianual 2023-2027, incluindo o Mapa de Pessoal, Plano de Recrutamento e o Quadro Plurianual de Programação Orçamental; -----

O Presidente da Assembleia apresentou os pontos e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Helena Simões: "Bom, eu vou tentar acelerar o passo, no âmbito dos GOP, gostaria de elencar os cinquenta e um vírgula onze por cento, nas funções sociais no PPI sessenta e nove vírgula noventa por cento nas funções sociais. Na AMR quarenta e um vírgula oitenta e três nas funções sociais. Gostaria de destacar nas funções sociais cinquenta e três vírgula noventa e três para habitação e serviços coletivos, para suprir uma lacuna do mercado e ir de encontro às necessidades dos munícipes. Nas funções económicas, destacar setenta e um vírgula vinte por cento, para transportes e comunicações, recordando novamente o que já foi dito por mim anteriormente, vimos de dois anos de pandemia, guerra, aumento exponencial de custos, mão-de-obra, o que se vê nos concursos que ficam desertos, perda de receita pela isenção de derrama que há bocado não referi e que o Presidente realmente referiu isenção das taxas de utilização da via pública, enfim e outras taxas que vieram todas aqui à Assembleia essas devidas isenções, a quebra de receita e mesmo assim, conseguimos dotar um orçamento com todos estes constrangimentos no âmbito social. O que é que posso dizer mais, obviamente, virá a esta Assembleia o saldo a transitar, saldo esse a transitar que poderá vir a engordar aqui



algumas rubricas, alguns projetos no orçamento e, de referir também que é importante, uma vez que estamos a falar do GOP até dois mil e vinte e cinco, que a receita, a verba a transferir para as juntas está devidamente acautelado, dois mil e vinte e três, dois mil e vinte e quatro, dois mil e vinte e cinco, independentemente de não se saber o que é que se espera por aí, uma vez mais e com todos estes constrangimentos, parece-nos a nós, à bancada do PSD/CDS, parece-nos a nós que é um orçamento bem conseguido e é uma resposta à altura da situação para as necessidades dos munícipes." -----

Luna Silva: "Após análise atenta e aprofundada das grandes opções do plano dois mil e vinte e três, dois mil e vinte e sete e do Orçamento e do Plano Orçamental Plurianual dois mil e vinte e três, dois mil e vinte e sete, o partido Chega entende que o mesmo não se adequa às necessidades e aos interesses dos nossos munícipes, várias poderiam ser as matérias a analisar nesta inscrição, contudo, sismo nas áreas primárias e necessárias, como é o caso da saúde e da habitação que apresentam percentagens de investimento e despesas baixíssimas. A escassez de habitação e as faltas de condições de saúde são uma problemática no concelho de Albufeira para todos, a falta de professores, enfermeiros, polícias profissionais na área de hotelaria e restauração, construção civil muito advém da falta de residências, que exista e quando as há só existe para fins turísticos. Casas a alugar ao ano inteiro, poucas há e as que surgem, cobram valores a título de rendas e de caução não proporcionáveis ao custo de vida do cidadão português. A construção de quarenta fogos em Paderne, a futura construção de três projetos de habitação com investimento três ponto cinquenta e cinco é insuficiente e é diminuta. O centro de saúde não retém as qualidades e as condições necessárias nem para os utentes que residem no concelho, nem para os turistas. Senhor Presidente, pergunto que mudanças haverá no concelho de Albufeira com uma despesa de habitação e de saúde tão baixa, sem esquecer os valores apresentados para investimento?"-----

Paolo Funassi: "Dizer que durante a campanha eleitoral diziam ao Ricardo Clemente que contigo Albufeira vai ganhar, com este Orçamento ganhou, Albufeira está de parabéns. Está de parabéns o Senhor Presidente e todo o executivo e obviamente, todos os funcionários do concelho que estão a trabalhar para o bem do concelho. É um ótimo plano, que dá certezas aos residentes, do presente, dá esperança aos jovens no futuro e dá também certezas aos investidores que querem vir investir em Albufeira. Albufeira é uma cidade muito aberta e convidativa, a vir também a investir, não só no turismo, este orçamento dá certezas também plurianuais." -----



Domingos Coelho: "O Partido Socialista após análises do Orçamento e das GOP, faz o seguinte ponto de situação, o Orçamento e as GOPs são o principal instrumento definidor da governação do município, é no cumprimento destes documentos que o Executivo exerce a sua gestão do dia-a-dia. Elaboração do Orçamento e das GOP deve estruturar toda a política de gestão do território nas suas diversas atividades económicas e sociais e deverá refletir a visão que se tem para o concelho no presente e, principalmente, no futuro. Numa análise sumária às principais rubricas deste orçamento transparece um excessivo peso das despesas correntes com oitenta e três por cento e nas rubricas de investimento somente dezassete por cento. Esta situação é um facto histórico na execução do orçamento dois mil e vinte e dois, a um de dezembro, o grau de execução dos PPI era de trinta e um e meio por cento e o valor global de investimentos ficava pelos doze vírgula nove da despesa total. Analisamos alguns números do orçamento agora em discussão, um: no setor da habitação, apesar do problema social que represente devido à escassez de habitação no mercado de arrendamento, elevando assim os preços do nosso concelho aos mais altos da região e um dos mais altos a nível nacional. Esta crise habitacional é também um fator que prejudica um desenvolvimento mais harmonioso do ponto de vista económico e social do concelho. Na presente proposta de orçamento, a habitação têm como verba definida trezentos e dez mil euros, mais um vírgula três milhões como não definidos, o que representa um vírgula quatro por cento do orçamento. Na problemática da habitação, falta ainda uma visão integradora e de articulação com a necessidade de reabilitar os centros urbanos através de ações que concretize os objetivos das Arus, designadamente na atração de jovens casais para os centros das localidades. Na área do Ordenamento do Território, onde se incluem as principais obras desenvolver, há uma previsão de um milhão de euros como verba definida e seis vírgula três não definido, todavia, as principais obras como Ruas de António Aleixo, MFA, Fernando Pessoa e Avenida Sá Carneiro não têm praticamente verba definida, tal como não tem o plano de drenagem de Albufeira, as obras previstas arrastam-se e talvez estejamos à espera de um outro primeiro de novembro. A rubrica parques e feiras também não apresenta verba definida, assim, a Feira Franca manter-se-á sem espaço digno e definitivo, tal como falta verba para todo o equipamento na área da saúde. Na área da cultura, o único investimento de relevo e a reabilitação do espaço onde se situa a antiga igreja matriz, este projeto que se arresta há anos tem verba de um vírgula quatro milhões, mais um milhão de fundos europeus. Será que o atraso na sua execução



não fará perder o dito apoio comunitário? A Casa das Artes que podia ser um polo de dinamização cultural da baixa da cidade e assim oferecer uma alternativa ao saturado e barulhento ambiente dos bares, arrasta-se no tempo e volta a não ter verba atribuída em dois mil e vinte e três. No capítulo das receitas, a previsão de vinte e sete milhões de euros para o IMT parece-nos demasiado otimista, tendo em conta a conjuntura de juros altos e de certa contração do mercado e pelo facto do seu valor ter subido de treze para vinte e três milhões de dois mil e vinte e um para dois mil e vinte e dois. Ainda na receita com a venda de água, prevê-se arrecadar nove virgula seis milhões comparativamente aos quatro milhões inscritos na compra. Aqui parece haver uma suborçamentação ou sobre orçamentação nalgum dos valores, ou então prevê-se um aumento do preço da água. Outros números que surpreendem, cemitério animal mais circuito animal, cento e cinquenta mil euros, cemitério de Ferreiras oito mil e trezentos euros, PPI e a AMR, atividades mais relevantes, totaliza cento e trinta e nove milhões, mas só estão garantidos noventa e um, faltam quarenta e sete, portanto, mais de cinquenta por cento, o valor das despesas de capital representa dezassete virgula dois por cento e o valor previsível do saldo orçamental quarenta e quatro milhões. A transição de elevados saldos de gerência está longe de constituir uma virtude orçamental. Em princípio, os orçamentos são para cumprir do lado da receita, quer do lado da despesa, ainda que seja benéfico algum saldo positivo. Todavia, no orçamento de oitenta e dois milhões para dois mil e vinte e dois prevê-se que se transite quarenta e quatro milhões para o saldo a integrar no orçamento de dois mil e vinte e três, parece que algo não bate certo. Ou houve uma fraca capacidade previsional ou não seria necessário recolher tanta receita. Finalmente, e para ser o mais óbvio, não houve capacidade de realizar obra. O certo é que estes resultados dos saldos de gerência acabam por financiar despesa corrente no ano seguinte e não financiaram as obras no ano anterior, conforme planeado. Para terminar uma palavra final para a ausência de qualquer ação em conjunto com o setor turístico no sentido da tomada de medidas, de modo a começar alterar o perfil dominante do turista que escolhe certas zonas da cidade e que são responsáveis por notícias não muito abonatórias para Albufeira."-----

Inês Mendonça: "De facto, após análise ao orçamento, muitas considerações poderiam ser feitas. Algumas delas foram apontadas e bem pelo deputado Domingos Coelho, quanto à minha intervenção iria focar no seguinte ponto: estabelecem os artigos cinco, número três e quatro da lei, número vinte e quatro barra noventa e oito de vinte e seis



de maio e o artigo cento e sessenta e três do Código de Procedimento Administrativo que os titulares do direito de oposição, que são os partidos políticos e os grupos de cidadãos eleitores que apenas esteja representados na Assembleia Municipal, ou que estando representados também nas câmaras municipais e não assumam quaisquer pelouros, têm direito de consulta prévia, ou seja, estes titulares de direito de oposição têm direito a ser ouvidos pela Câmara Municipal e pelo seu Presidente sobre as propostas do Orçamento e das Grandes Opções do Plano. A consulta prévia deve ocorrer após elaboração dos projetos de propostas no órgão executivo, por forma a permitir que haja uma efetiva pronúncia prévia sobre os documentos em causa. Mais diz esta lei que a deliberação que aprova estes documentos previsionais, com desrespeito pelo direito de consulta prévia dos titulares do direito à oposição, está ferida com vício de forma sancionável pela anulabilidade. Posto isto e quanto a este orçamento, o que é que se verificou? Verificou-se que os documentos relativos este orçamento foram remetidos para os titulares do direito à oposição que acima mencionei a vinte e dois de novembro, houve uma reunião de esclarecimentos a vinte e cinco de novembro, tal como apontou e bem o representante de Albufeira Prometida nas reuniões de Câmara, Abel Zua, sendo que após essa reunião de esclarecimentos, houve alterações posteriores aos documentos a poucas horas da deliberação em reunião de câmara. Posto isto e a conclusão a que chegamos é que mais uma vez, lamentamos que, contrariamente ao que havia ficado apalavrado, este executivo não se mostrou disponível para receber os contributos da oposição, nem dos presidentes de junta no ar do processo, que é, sem dúvida nenhuma a elaboração de uma proposta de orçamento para este município, não dando assim, em nosso entender, efetivo e integral cumprimento a este direito de consulta prévia que pertence aos titulares do direito de oposição."-----

Leonardo Paço: "Se o orçamento podia ser melhor, obviamente que sim, mesmo se fosse eu a fazê-lo, o orçamento poderia ser sempre melhor, mas, como já ouvimos aqui hoje falar, por vezes, maior problema é a sua devida execução, pelo que me ocorre dizer e apelar que poderia uma melhor execução para o orçamento que estamos hoje aqui para aprovar. Eu não aprovo ou voto o orçamento por coisas que se dizem no Facebook ou por e-mail qualquer que uma ou outra pessoa envia para nós. Eu provo orçamento em consciência e estou já dizer que vou aprovar e hoje ouvi aqui duas coisas engraçadas, alguém disse, se referiu a polícia, que eu saiba em Albufeira não há polícia, há sim GNR, depois estou curioso para ver de que forma vai votar o maior partido da oposição, depois



desta panóplia de críticas ao orçamento, deste queixume de não terem sido ouvidos, pois eu também não fui ouvido e não me queixei, pelo que eu provo este orçamento, mas peço, obviamente que haja uma execução melhor.” -----

Sílvia Dias: “Só queria questionar aqui ao Senhor Presidente se ouviu as opiniões ou as necessidades dos respetivos presidentes de freguesia, os quatro? Desde a Guia, Albufeira e Olhos de Água, Ferreiras, e Paderne, para elaborar tanto a GOP como o orçamento?” -----

Adriano Ferrão: “Tenho estado a ouvir com atenção aqui as intervenções dos senhores deputados, dos diferentes grupos que aqui representam e, claro, não há orçamento ótimo, há orçamentos bons, os orçamentos, os planos, todos eles em extremo são de intenções, é para lá que se tem que caminhar e com certeza que vai se conseguir fazer o máximo por eles e, enfim, concretizar orçamentalmente e a execução com conforme deve ser feita. À população, aos munícipes preocupa precisamente que essa execução seja feita e que os saldos de gerência mostrem uma saúde que sejam eles sempre superavitários e por isso que aquela descida que os condicionantes que se puseram externas e que todos nós temos conhecimento, desde o COVID, a inflação atual, a guerra na Ucrânia, tudo isso coloca pressão sobre as economias e Albufeira não seria diferente. De qualquer modo, nós já estamos a sentir de vinte e um para vinte e dois uma deflação, uma viragem no percurso descendente dessa evolução do saldo de gerência, o que mostra que começamos novamente a recuperar. Isto é um sinal, é um indicador de saúde e que contraria estes negativismos todos que têm estado por aqui. Durante os últimos oito anos, falou-se aqui muitas vezes, a oposição trouxe aqui que a habitação era realmente um dos calcanhares deste concelho, todos nós reconhecemos realmente essa necessidade que, a ação social também requeria de mais dotação orçamental, que a educação e a saúde também o deveria ter, enfim, elas por si só já são, enfim, pertença desse mesmo setor social e o que é que estamos atualmente ver aqui neste orçamento? É que realmente são esses os setores que estão a ser privilegiados, à habitação é aqui sem dúvida nenhuma, o setor que vai receber mais investimento parcial deste orçamento. Ora a seguir, temos aqui também a ação social, a própria educação e a saúde um pouco. Lembro que quer a educação, quer a saúde não competem, não são investimentos só do município, são investimentos sobretudo que têm que vir do Estado e o Estado cada vez mais vai sacudindo a água do capote e vai colocando nos Municípios, onerando o orçamento destes com, enfim, todas as despesas inerentes àquilo que depois vão



requerer desses mesmos municípios, são despesas não cabimentadas e que prejudicam os municípios em Portugal e Albufeira não escapa disto.”-----

Uma vez chegada as vinte e duas e trinta horas o Presidente da Assembleia colocou a votação a continuação dos trabalhos, que foi aprovado por maioria.----

Presidente da Câmara: “ Diria que o orçamento para dois mil e vinte e três é o orçamento possível, tentando equilibrar de acordo com a realidade existente neste momento, evidentemente, com saldo que irá ainda com a primeira revisão, que vai ser feita logo que possível, em dois mil e vinte e três, para que possa haver verbas definidas, onde agora está não definido, para que possa vir a ser feito mais investimento, quer na habitação, quer na saúde, quer na educação, que são as três áreas fundamentais e prioritárias para este ano. Evidentemente, não será apenas com o orçamento municipal, mas será com a possibilidade de concorrer a fundos europeus, nomeadamente algumas das obras no PRR, isto não está nada esquecido, contrariamente àquilo que se diz também não está esquecido e, como já disse isso várias vezes, o plano regional drenagem está contemplado, mais duas obras relativamente grandes que são, aquando a requalificação da Rua do MFA e quando da requalificação da Avenida do Ténis e depois a parte da Avenida vinte e cinco de Abril, que liga a GNR à estação elevatória, portanto, isso vai estar contemplado, evidentemente que para isto e para o orçamento e o plano de atividades ser dinâmico que o é, terá que haver com certeza várias alterações orçamentais, o que não me preocupa absolutamente nada haver quantas forem necessárias, para que realmente se faça alguma coisa, e depois haver com certeza menos revisões orçamentais, as revisões orçamentais é que não poder haver tantas, porque obriga a um certo tem de laboração, que é preciso ir a Câmara Municipal, depois é preciso vir à Assembleia Municipal e pode-se perder tempo. Uma alteração orçamental, faz-se quase de imediato e faz-se quando é preciso, porque vão surgindo coisas novas, vão surgindo até verbas novas de receita, vão surgindo despesas novas para fazer que não estavam pensadas na altura do orçamento, que é a coisa mais natural, vão podendo colocar-se a hipótese de municiar algumas rubricas que estão abertas. Algumas rubricas estão abertas com valores relativamente pequenos, precisamente para isso, que é para poder ser verificada a hipótese de haver alguma possibilidade de financiamento e depois facilmente se muda o valor de uma rubrica para a outra, é esse sim que tem que ser visto. Agora, fazer um orçamento para aprovar agora muito estático, pois se houvesse trezentos milhões ou quatrocentos milhões de receita, era relativamente fácil, podem



crer que era relativamente fácil, não havendo e não podendo ir além de um determinado valor, contrariamente àquilo que acontecia nesta casa, quando eu cá cheguei, nós tínhamos taxas de execução de quinze por cento, era assim mesmo, é só procurar os valores e ver o que lá está. Portanto, acho que não há grande razão para haver este tipo de situação, embora não me aflige nada ouvir. Outra coisa foi, a consulta prévia nomeadamente dos presidentes de junta, foram todos ouvidos de uma forma indireta, portanto, eu já disse várias vezes que os documentos antes de serem aprovados, são mandatos para os vereadores antes de ser aprovado, e depois são mandados para os líderes parlamentares que, no âmbito do direito de oposição, agora os líderes parlamentares, o que é que fazem os documentos que recebem? Eu não sei, não sou eu que tenho de andar atrás deles para saber se dão conhecimento ou se não dão. O que não deve acontecer, foi o que aconteceu nos últimos dias, em vez de ser as pessoas da casa, digamos assim, quando eu digo da casa, digo os membros do executivo camarário, os membros da Assembleia Municipal e as juntas de freguesia são pessoas da casa e até pessoas de bem, não devem transmitir isso enquanto não estiver aprovado, claro. Depois de estar aprovado é público, evidentemente que não tem problema nenhum. Agora, enquanto não estiver aprovado é apenas uma proposta e vem criar às vezes problemáticas entre pessoas que não são de nenhum destes órgãos, que já sabem antecipadamente e contactam com o outro amigo, ou outro colega que é de um destes órgãos, isso não está bem, não fica bem, não fica bem eticamente para quem o fez, não fica bem de maneira nenhuma. Não estou a dizer que isto é nenhum crime, que morreu alguém com isto, não é, mas eticamente acho que é errado, portanto, isso eu já disse isso várias vezes. Sobre a questão das juntas de freguesia, queria recordar que as juntas de freguesia nunca receberam tanto dinheiro como nestes últimos dois ou três anos, essa é que é a verdade, não era possível há dez anos atrás, uma junta de freguesia realizar os eventos que agora tem realizado, essa é que é verdade e venham mostrar-me que não é verdade. Portanto, não podemos só pensar em criticar, as juntas de freguesia tem algumas verbas e ainda há pouco foi dito aqui, está garantida, termos de plurianualidade um financiamento, a não ser que aconteça, o futuro é incerto, não se sabe o que é que vai acontecer daqui a dois ou três anos, nós ainda não ficámos a dever nenhum dinheiro a associações, a empresas, mesmo com a pandemia que houve, quando tivemos também que substituir-nos ao Estado Central para adquirir muita coisa, nomeadamente oitocentos computadores para as escolas, tudo e mais alguma coisa, ventiladores, ecógrafos, enfim, uma série de



coisas para os hospitais, para o centro de saúde e na altura ainda não tínhamos as transferências de competências, portanto, isso tem que ser dito também, porque também é verdade, não pode ser só ouvir, parece que isto está tudo errado, está tudo mal, não estou a dizer que está tudo certo, de maneira nenhuma. A habitação, evidentemente que é um problema, não só do concelho de Albufeira, mas é do Algarve todo, já me ouviram dizer e já disse em reuniões com empresários, por exemplo, para ajudar ou para minimizar o problema das estadias, para os empregados de hotelaria, podia o Governo de uma forma quase semelhante à que fez com os trabalhadores das estufas em Odemira, permitir de uma forma temporária, sei lá cinco anos, a colocação de casas pré-fabricadas em todos os concelhos que assim o necessitassem, onde houvesse possibilidade de haver fornecimento de água e tratamento de esgotos, onde houvesse possibilidade de vias de comunicação ainda que não dessem para construção, e isso seria disponibilizado aos empresários, apesar de achar isso uma ótima ideia, porque se este ano andaram a discutir isso em outubro ou novembro, eu disse que se continua assim para o ano estamos aqui a discutir a mesma coisa, que nada evolui e não se resolve assim. É realmente uma carência absoluta, mas também digo uma coisa antes daquelas empresas grandes que havia antigamente da CUF, CP, EDP, a Corticeira Amorim, própria Facial, tinham todas elas bairros para os seus trabalhadores, portanto, agora qualquer dia vamos ter que agilizar procedimentos por forma e o PDM está aí a ser revisto e está a ser consultado precisamente nesse sentido, para os empresários de hotelaria terem a possibilidade de construir habitações para os trabalhadores. E isso tem de ser promovido também por nós, temos que necessariamente ajudar, porque se não acontecer, nós não vamos ter mão-de-obra tão rápido, de maneira nenhuma, se não fossem alguns países estrangeiros nós tínhamos grandes problemas. Ainda há dias vi uma notícia num jornal diário, que a empresa Carris Metropolitana, que também aumentou o número de carreiras há poucos dias que foi angariar motoristas a Cabo Verde, mas eles impuseram logo, e é uma empresa privada, que pode pagar mais benefícios, pode pagar mais ordenado, pode pagar mais prémios, pode pagar mais horas extraordinárias, e uma empresa pública não pode, tem limites para as horas extraordinárias, tem limites para recebimento, tem limites para tudo, embora estejamos no Algarve, devíamos ser tratados, não estou a dizer nem melhor, nem pior que os outros diferente, devíamos ser tratados de forma diferente, porque nós temos numa altura do verão, Albufeira tem quarenta e quatro mil residentes, mas há dias no verão que estão cá quinhentas mil



peessoas, contando com os turistas, com as pessoas que trabalham cá e não são daqui, contando com as pessoas que vêm visitar o concelho e não são de cá, estão hospedados num estabelecimento hoteleiro num outro concelho ao lado, e isto tem que ser visto de maneira diferente de concelho do interior do país, que é mais ou menos sempre a mesma coisa, o mesmo número de pessoas que tem desde o dia um de janeiro ao dia trinta e um de dezembro, é fácil, acontece sempre igual, aqui não."-----

Presidente da Junta de Freguesia da Guia: "Senhor Presidente, ainda há pouco dei razão à Dra. Helena Palhota, agora dou razão a si também, realmente é verdade, as freguesias atualmente estão mais autónomas, mais independentes nisso tem toda a razão e acho que também isso veio melhorar a qualidade de vida dos nossos fregueses, acho que nós também estamos a fazer um trabalho, tendo em conta essas competências que nos foram atribuídas, mas para eu tornar a minha freguesia mais competitiva, preciso de si, preciso do restante executivo, preciso da Assembleia, preciso de mais obra. Eu gostaria que o executivo e você, que me ouvisse na próxima revisão orçamental para também mostrar as minhas ideias, aquilo que a população diz que faz falta para a nossa freguesia, porque temos um passadiço para o shopping, por exemplo, algo que já está falado há mais de dez anos, inclusive já houve acidentes, já houve uma vítima mortal e nós andamos aqui e não aparece ali, é algo que, se calhar em conjunto nós conseguíamos arranjar uma solução para isso. Estou a falar de uma carrinha de nove lugares para transportar crianças para a escola, que a Junta de Freguesia da Guia faz serviço e que já foi a concurso já caiu uma consulta prévia, não sei o ponto da situação e estamos com uma carrinha alugada, agradeço tudo aquilo que tem feito pela freguesia, mas para tornar a Guia mais competitiva, porque a Guia é uma grande freguesia, e todas elas têm mostrado grande trabalho, Ferreiras, Paderne, e Albufeira, mas acho que com isso ganhamos todos." ----

Presidente da Câmara: "Sobre a questão do passeio para o Shopping, estou inteiramente de acordo, até já falámos nisso, no entanto aquilo é uma obra das Infraestruturas de Portugal, por acaso, tenho uma reunião pedida para o Secretários de Estado das infraestruturas, no sentido de falar naquela variante que está ali aberta e por acaso também vou falar nisto para ver que possibilidade é que há, se não houver tem que ser a câmara em conjunto com a junta. Relativamente à carrinha de nove lugares penso que isso está em andamento, esperemos que este andamento não seja muito lento."-----

Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras: "Boa noite a todos, faço minhas palavras as palavras do Dinis, não vou pedir as obras dele, mas gostava também de fazer lembrar



aquando da elaboração dos orçamentos eu costumo mandar para o Município de Albufeira o que faz falta para Ferreiras, costumo fazer por escrito, portanto, gostava também de ver algumas daquelas obras, sei que não é possível fazer todas, era bom que sim, pois falta muita coisa lá, é uma freguesia que não tem nada de nada, portanto, só temos agora um hipermercado, mas depois também estamos a pedir um para Paderne, espero bem que chegue lá. Quanto ao PDM é a mesma coisa, mas acho que devia de haver mais uma proximidade, devíamos discutir mais os projetos para as freguesias, acho que era benéfico para toda a gente, já foi admitido pelo senhor Presidente e muito bem, que tem dado algum contributo e as freguesias têm evoluído graças a esse contributo, mas evoluíam mais se houvesse mais intercâmbio dentro disso, e é isso que nós pedimos, nós pedimos diálogo, portanto, é isso que o Dinis vem aqui fazer, que eu venho aqui fazer, pedimos dialogo, temos de ter conhecimento dos projetos das freguesias, mas nunca temos conhecimento, às vezes temos conhecimento por outras pessoas, como o senhor Presidente disse e é verdade, muitas das vezes, nós temos conhecimento como presidente de junta vêm fregueses dizer que vamos ter determinado projeto, quando eu ainda não tenho conhecimento e isso é que a gente pede, pedimos diálogo pedimos que ou os técnicos ou alguém da câmara nos desse conhecimento, quando as obras são elaboradas."-----

Presidente da Câmara: "Só queria acrescentar uma questão, até porque há dias recebi uma chamada de um presidente de Câmara do Algarve, falando na transferência de competências, que foi feita em Albufeira e disse-me isto com estas palavras, que foi tido como uma boa prática, e é um presidente de Câmara, que não é do partido que eu represento, por acaso ainda não falei com ele pessoalmente, que era para saber a forma como é que foi feito, portanto, ele noutra partido tem essa noção que realmente a delegação de competências que houve aqui no concelho, e eu tenho dito isso várias vezes, reuni "n" de vezes com os presidentes de junta, fomos ao pormenor, evidentemente, não está completamente, ainda pode haver melhorias e, naturalmente, tem havido, fomos a grandes pormenores e chegámos àqueles valores que estão sustentados, não quer dizer que não haja alterações, que possam ser atualizados, com certeza que há, tem que haver alguma avaliação e os próprios executivos da junta podem sugerir alterações deste tipo, isto para dizer também, o que os outros dizem de Albufeira."-----

Presidente da Junta de Freguesia de Paderne: "Boa noite a todos, quero agradecer o executivo, o trabalho que tem desenvolvido em Paderne e todos os membros da



Assembleia que reforçam para que Paderne esteja melhor. Temos muitas carências, como disse na outra vez, o Senhor Presidente ficou um bocadinho ofendido comigo, eu realmente não devia ter dito, mas disse que Paderne estava esquecido, não é verdade, mas precisamos do apoio do executivo que temos muitas coisas a fazer e brevemente. Temos uma ponte, por exemplo, que o senhor tem conhecimento, ponto da estacada que precisa uma intervenção, portanto, a Junta de freguesia está disponível para colaborar com a câmara no bom sentido de minimizar o que lá está, porque eu sou atacado nas reuniões das assembleias pelas pessoas de Paderne, porque a ponte está degradada, realmente está, mas eu estou convencido que nós, se nos juntarmos, conseguimos dar um jeito naquilo que está mal. Sobre as festas, os festejos, os eventos, portanto Paderne nunca foi além das suas possibilidades, já há muitos anos que faz festas, já há muitos anos, portanto, não atropela ninguém, há pessoas que não sei se nos querem imitar, portanto, é o que é. A gente não leva lá a Rozinha a Paderne no dia de São Martinho, nós vamos na realidade, por exemplo, vou comentar essa parte. O dia de São Martinho é o dia de provar o vinho, de comemorar, conviver com as pessoas, não é gente agora levar milhares de pessoas, para quê? Bebam bom vinho de Paderne que é bom.” -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou os pontos a votação.-----

VOTAÇÃO PONTO QUATRO:-----

Votos contra: dois (02) Mónica Coimbra e Carla Vieira. -----
Abstenções: nove (09) Francisco Oliveira, Inês Mendonça, Domingos Coelho, Luna Silva, Silvia Dias, André Lima, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

Votos a favor: catorze (14) Adriano Ferrão, Nelson Cachita, Teresa Neto, Helena Simões, Carlos Goulão, Rui Bernardo, Leonardo Paço, Luis Afonso, Margarida Guilherme, Cláudia Raimundo, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Paolo Funassi e Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água.-----

A proposta foi aprovada por maioria.-----

VOTAÇÃO PONTO CINCO:-----

Votos contra: dois (02) Mónica Coimbra e Carla Vieira. -----
Abstenções: nove (09) Francisco Oliveira, Inês Mendonça, Domingos Coelho, Luna Silva, Silvia Dias, André Lima, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da



Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

Votos a favor: catorze (14) Adriano Ferrão, Nelson Cachita, Teresa Neto, Helena Simões, Carlos Goulão, Rui Bernardo, Leonardo Paço, Luis Afonso, Margarida Guilherme, Cláudia Raimundo, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Paolo Funassi e Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água.-----

A proposta foi aprovada por maioria.-----

Carla Vieira apresenta e lê declaração de voto. (Doc. n.º 7 anexo a esta ata)-----

André Lima: "A minha declaração para a ata, a minha abstenção nestas votações acontecem em solidariedade com a minha bancada e com sentido de unidade. Em democracia e em política os compromissos fazem parte do dia a dia e foi o que aconteceu aqui comigo, tendo em conta o que foi dito tanto pelos presidentes de junta que intervieram, tanto como pelos deputados, gostava que o presidente e o executivo tivessem essa consciência e abertura democrática e que comesçassem a trabalhar em parceria com as juntas de freguesia e a Assembleia Municipal na busca dos compromissos necessários para uma governação minimamente consensual em prol de quem nos colocou aqui, os munícipes." -----

Domingos Coelho apresenta e lê declaração de voto. (Doc. n.º 8 anexo a esta ata)-----

PONTO SEIS

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal de Albufeira, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, conjugado com os n.ºs 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-lei n.º 197/99, de 8 de junho na redação em vigor, referente ao "Fornecimento de Energia Elétrica" para Repartição de Encargos, pelo valor base de 740 000€; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Mónica Coimbra: "Questionamos o executivo se tem algum plano de implementação nas infraestruturas municipais para instalação de painéis solares, de modo a reduzir a dependência da energia elétrica e dos custos inerentes ao consumo." -----

Presidente da Câmara: "Não sei se é por falta de atenção ou de conhecimento, mas Albufeira tem já uma grande parte, talvez quase metade das iluminações é em tecnologia LED, o que veio a reduzir grandemente a fatura energética. Por outro lado, temos variadíssimos na frota os carros cem por cento elétricos, vamos ter dentro de pouco tempo, como já disse, uma frota de transportes urbanos totalmente elétrico. Temos um



plano para mudar todas as lâmpadas para LED, para que evite não só a redução da fatura energética, mas também a questão da redução de Co2. Não tivesse sido um problema de uma reclamação que há cinco anos aconteceu, um milhão de euros foi posto a concurso para lâmpadas LED, já teria, neste momento, claro que não abriu mais concursos precisamente por causa da reclamação, e o tribunal veio dar razão à câmara, uma vez mais, mas só aconteceu dois ou três anos depois, portanto, senão já teria, neste momento, todas as em LED. Temos o parque de estacionamento de Vale Pedras a cobertura toda feita em painéis fotovoltaicos, estamos a preparar fotovoltaicos para o parque de estacionamento no Pátio, tudo o que for possível nos edifícios, haver essa possibilidade de financiamento, temos perspectiva de ir evoluindo, nomeadamente nas escolas, nos edifícios municipais, que é onde podemos fazê-lo, portanto, acho que estamos a trabalhar nesse sentido, não se pode fazer tão rapidamente como se possa desejar, mas já disse há pouco, por várias razões, mas temos já uma grande, tudo somado em toneladas de Co2, podem ter a certeza que Albufeira está muito à frente do que muitos municípios, que se calhar dizem que têm e depois não têm.”-----

 Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25) Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Nelson Cachita, Teresa Neto, Inês Mendonça, Mónica Coimbra, Helena Simões, Domingos Coelho, Carlos Goulão, Rui Bernardo, Luna Silva, Leonardo Paço, Luis Afonso, Silvia Dias, Carla Vieira, Margarida Guilherme, Cláudia Raimundo, André Lima, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Paolo Funassi, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----

PONTO SETE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal de Albufeira, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à aquisição de serviços de Certificação Legal de Contas do Município até ao limite de 19 000,00€ + IVA; -----



O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Luna Silva: "Sobre este ponto da ordem do dia, vejamos propõe-se em consideração, autorização para a abertura do concurso público com vista a contratação de aquisição de serviços de certificação legal de contas do Município de Albufeira pelo período de vinte e quatro meses, no valor de dezanove mil euros, acrescido de IVA à taxa legal em vigor e respetiva repartição de encargos para o ano de dois mil e vinte e três a catorze mil e duzentos e cinquenta euros e para o ano dois mil e vinte e quatro a quatro mil setecentos e cinquenta euros. Senhor Presidente, acontece que no caderno de encargos na cláusula três, o presente procedimento de concurso tem por objeto a prestação de serviços para os anos económicos de dois mil e vinte e dois e dois mil e vinte e três, e não os anos dois mil e vinte e três e dois mil e vinte e quatro, como está em consideração. Ora, se estamos a aprovar um procedimento para os anos dois mil e vinte e três e dois mil e vinte e quatro, porque é que no caderno de encargos constam os anos dois mil e vinte e dois e dois mil e vinte e três? Se o erro está na autorização para a abertura do concurso, por quanto ficará a certificação do ano dois mil e vinte e dois? É que, de acordo com o contrato celebrado no ano dois mil e vinte e um, o prazo terminaria a março de dois mil e vinte e dois e a somar mais um ano, tem de ser cobrado um acréscimo de um valor. Logo, este concurso não pode ser feito pelo valor de dezanove mil euros, pois só estariam contabilizados os anos dois mil e vinte e três e dois mil e vinte e quatro. aguardo esclarecimento, senhor Presidente." -----

Presidente da Câmara: "Eu deduzo que está no caderno de encargos dois mil e vinte e dois, porque isto evidentemente estava previsto, recorda-se com certeza, e veio aqui a esta Assembleia e o que vem aqui a esta Assembleia é tão só, é pura e simplesmente a repartição de encargos por dois anos económicos, porque a abertura do procedimento com valor que tem não era preciso vir aqui, é só questão de repartição de encargos, e a reprodução de encargos nessa altura, seria dois mil e vinte e dois e dois mil e vinte e três, porque foi talvez há três meses, portanto, alguma verba nem que fosse muito pequenina, ia surgir em dois mil e vinte e dois. Neste momento, não pode ser dois mil e vinte e dois, tem que ser vinte e três e vinte e quatro, porque não estamos em condições de este concurso, que é público produzir efeitos, hoje estamos a dia dezanove de dezembro com os dias que vem a seguir, com certeza que não tínhamos tempo útil para



abrir um concurso público e ele entrar ainda em vigor neste ano, portanto, daí a razão, o caderno de encargos está lá, portanto, tem um lapso, com certeza, a doutora Carla Farinha está aqui a ouvir, deve ser isso, não há aqui gato escondido de rabo de fora de certeza absoluta. A Dra. Carla farinha irá, com certeza clarificar isso." -----

Vereador Ricardo Clemente: "Boa noite a todos, está certo, está correto o caderno de encargos, porque tem a ver com os anos vinte e dois e vinte e três, que serão pagos vinte e quatro e vinte e cinco, portanto, é somente isso, por isso está correto."-----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: um (01) Luna Silva. -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e quatro (24) Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Nelson Cachita, Teresa Neto, Inês Mendonça, Mónica Coimbra, Helena Simões, Domingos Coelho, Carlos Goulão, Rui Bernardo, Leonardo Paço, Luis Afonso, Silvia Dias, Carla Vieira, Margarida Guilherme, Cláudia Raimundo, André Lima, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Paolo Funassi, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne

A proposta foi aprovada por maioria.-----

PONTO OITO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista da alínea i) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, da Bolsa Nacional de Alojamento Urgente e Temporário - Aquisição de Imóvel, no valor de 850 000€; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Silvia Dias: "Vou-me ausentar da sala pelas funções que desempenho nesta autarquia."-

A deputada Silvia Dias sai da sala. -----

Carla Vieira: "Que fique claro que a bancada do Albufeira Prometida não se vai opor à aquisição da inclusão deste prédio na Bolsa Nacional de Alojamento Urgente e Temporário, contudo, temos conhecimento que o prédio em questão não está na disponibilidade do titular inscrito, uma vez que ainda está em vigor um contrato de locação financeira a favor de terceiro e que terminará em novembro de dois mil e vinte



e três e que pende também o registo de título de alojamento local com o número dez mil quatrocentos e oitenta e sete. Questionamos por isso, como pretendem adquirir o prédio nestas condições."-----

Helena Simões: "A questão de estar em locação financeira para mim não é obstáculo, também o alojamento local consegue-se cessar no próprio dia. É uma mera comunicação que pode ser feita online, não é segredo para ninguém, o carinho que eu tenho pelo projeto, as pessoas que já por aquela casa passaram e que foram reabilitadas junto do seu núcleo familiar primário. Recordo que, pela leitura da documentação, a compra é cem por cento financiada pelo PRR, recordo que logo aí irá ocorrer uma poupança imediata para o município, porque, neste momento, o projeto ainda está ativo e, neste momento, o município está a suportar o custo da renda, há vistos também que acompanha o processo, são todos vistos favoráveis, pelo que a causa mais que nobre, seja hoje para o Casa, seja amanhã noutra formato, é importante, até porque já se falou aqui em variadíssimas vezes a necessidade de alojamento e estando na esfera do município, quiçá num futuro que não haja necessidade, para médicos para polícias para, enfim, pelo que congratulo o município poder aproveitar esta oportunidade e fazer a aquisição deste imóvel que tanto serve neste momento e, quiçá, no futuro." -----

Paulo Funassi: "Queria só perguntar, que também tinham adquirido há um tempo atrás também para um fim similar, na Quinta da Palmeira, e uns três em Paderne, se havia possibilidade de integrar no mesmo projeto ou com projetos similares também esses espaços, que já tinham sido adjudicados onze fogos em Paderne e alguns cinco apartamentos na Quinta da Palmeira, comprado há uns anos atrás. Mas é muito nobre também este projeto e espero, obviamente que continue sendo cada vez mais no futuro. Parabéns." -----

Domingos Coelho: "Só para enaltecer o projeto, dar os parabéns à autarquia e também já agora dar os parabéns ao PRR."-----

Presidente da Câmara: "Com certeza que todos sabem, que já temos alugado há algum tempo e com esta possibilidade de ser financiado na sua totalidade pelo PRR, evidentemente, vai gerar aqui uma grande poupança de dinheiro, porque deixa-se de pagar renda mensal, no entanto, isto é um projeto em parceria com a associação Casa e que tem dado bons proveitos e bons resultados, uma vez que há situações que são acolhidas naquele espaço durante algum tempo e posteriormente consegue-se resolver vida futura, não é tira-los de lá e mete-los na rua outra vez, que isso não resolve nada,



portanto, isto é, contrariamente àquilo que às vezes acontece que é dá-se aos sem-abrigo uma refeição quente, dá-se um banho e onde é que se põe a seguir ao jantar? Na rua? Isso não deve acontecer e não é isso que está a acontecer aqui, evidentemente que há sempre alguns que não querem cumprir as regras e os critérios que são lá impostos e tem que haver regras bem definidas e, portanto, é por opção que não irão para lá, mas a questão é mesmo essa. Agora sobre Paolo Funassi, falou em alguns apartamentos na Quinta da Palmeira e em Paderne, foram adquiridos alguns apartamentos e agora estão a ser orientados para habitação, não para este efeito, mas habitação social." -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Ausências: uma (01) Silvia Dias. -----

Votos a favor: vinte e quatro (24) Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Nelson Cachita, Teresa Neto, Inês Mendonça, Mónica Coimbra, Helena Simões, Domingos Coelho, Carlos Goulão, Rui Bernardo, Luna Silva, Leonardo Paço, Luis Afonso, Carla Vieira, Margarida Guilherme, Cláudia Raimundo, André Lima, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Paolo Funassi, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes.-----

A deputada Silvia Dias regressa à sala. -----

PONTO NOVE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do Encerramento da liquidação (dissolução) da Sociedade "PólisAlbufeira", S.A. - Em Liquidação -2.ª alteração à minuta da escritura pública de "Partilha" - adjudicação ao acionista Município de Albufeira dos bens imóveis daquela sociedade;-----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Mónica Coimbra: "Gostaríamos de saber se está dependente alguma ação judicial e de que forma se vão rentabilizar as frações adquiridas?" -----



Luna Silva: "Na passada Assembleia Municipal este ponto foi sujeito a apreciação e deliberação sobre proposta da Câmara Municipal e o mesmo foi retirado na ordem do dia por falta documentação. Na inscrição apresentada pelo partido Chega, a deputada solicitou que na próxima assembleia, este ponto viesse munido das devidas cadernetas prediais e certidões permanentes, a fim de analisar os imóveis. Sucede que, mais uma vez, estes documentos não foram enviados. O que foi feito e apresentado foi uma descrição sumária por extenso dos imóveis, onde consta a identificação do prédio e a letra da fração autónoma, a sua localização, a sua descrição na Conservatória do Registo Predial, as apresentações de registos, inscrição na matriz predial urbana, valor patrimonial e atribuição de valor. Nesta exposição constam dez imóveis, seis frações autónomas de prédio urbano em PH, com a descrição na Conservatória do Registo Predial de Albufeira sobre o número catorze mil cento e quinze inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Albufeira de Olhos de Água sobre o artigo mil trezentos seiscentos e trinta e oito, um direito de propriedade do solo do prédio urbano, descrito na Conservatória do Registo Predial sobre o número mil quatrocentos cento e noventa e seis e três frações autónomas do prédio urbano em PH, descritas na Conservatória do Registo Predial de Albufeira com o número catorze mil seiscentos e quinze inscritas na Matriz predial urbana da freguesia de Albufeira de Olhos de Água sobre o artigo mil trezentos e trinta e quatro. A fim de verificar estes dados e por considerar importante que sejam vistos os documentos destes imóveis antes de formar uma decisão de voto, a deputada do partido Chega deslocou-se à Conservatória do Registo Predial e levantou as certidões e foi também ao serviço das Finanças, onde obteve as cadernetas prediais e o que veio a verificar foi o seguinte, de acordo com a minuta da partilha, o prédio em propriedade horizontal descrito na Conservatória do Registo Predial de Albufeira sobre o número mil quatrocentos cento e quinze tem como matriz predial urbana o artigo mil treze mil seiscentos e trinta e oito, só que na caderneta predial, o número que consta na descrição da Conservatória do Registo Predial de Albufeira, não é este número, mas sim o número mil quatrocentos cento e quinze. A deputada tirou caderneta predial de todas as frações autónomas deste prédio e todas elas constam que o número da descrição é o número oitenta e um quarenta e seis e não número catorze cento e quinze, como consta na minuta da partilha, estamos perante uma identificação errada de prédios. Face ao exposto, Senhor Presidente, aguardo esclarecimentos." -----



Leonardo Paço: “ Queria congratular o executivo por finalmente chegarmos ao fim deste processo do Polis, pois já leva mais de uma dezena de anos e a ver se a partir daqui, depois de aquisição dos bens imóveis, se damos devido uso aos mesmos e se a tão propagada loja de cidadão desta vez avança, pois Albufeira está a precisar dessa infraestrutura.” -----

Presidente da Câmara: “Este assunto do Polis já está a passar um bocado os níveis, porque esta sociedade já devia estar extinta há muitos anos, há muitos anos e o concelho de Albufeira e o Município só está a perder com esta não liquidação. A Dra. Ana Nunes garantiu-me que entregou toda a documentação e o processo de partilha está decidido pelas duas partes, pelos dois acionistas, já há muito tempo e o acionista Estado tinha sessenta por cento da sociedade e a acionista câmara, município tinha quarenta por cento regularizaram todas as ações e todas as situações pendentes, houve uma assembleia geral há um ano, onde isso foi definido. Entretanto, isto já teve aqui a minuta para ser aprovada, a minuta da escritura de partilha e essa minuta não foi aprovada, porque depois posteriormente, o notário chegou à conclusão que faltava ali qualquer coisa, e introduziram mais uma coisa, novamente isto teve que vir aos órgãos, não sei se a Dra. Ana Nunes têm alguma coisa para acrescentar, ou faz depois uma reunião com a senhora deputada.” -----

Dra. Ana Nunes: “ Boa noite a todos, apenas me competirá dizer o seguinte, na sequência do que foi solicitado pela Assembleia Municipal na última sessão, tratámos de remeter toda a documentação respeitante a esta matéria, as certidões prediais e as cadernetas prediais respeitantes ao acervo de bens a partilhar, foram remetidos para a Assembleia Municipal, tanto quanto julgo saber, e estou certa de que receberam. Em relação ao que a doutora disse, pelo que me apercebo não consegui acompanhar bem toda a sua exposição, mas diz que há uma discrepância nos artigos, eu presumo que deve estar-se a referir na descrição predial talvez se faça alusão a artigos matriciais antigos, que dão origem, tem que confrontar com as cadernetas prediais atualizadas e perceber essa correspondência. Permita-me também que esclareça então à Assembleia, quanto ao seguinte, estamos a trabalhar com um documento que é uma minuta de uma escritura pública de partilha, é um documento que solene e emana do notário e, portanto, foi feito pelo senhor notário e, naturalmente que ele tem acesso a toda esta informação e não iria transpor para um documento desta natureza informação contraditória que não fosse fidedigna. Eu penso que se está a referir a descrição predial, portanto, à descrição do



prédio da Conservatória, provavelmente faz alusão a um artigo matricial antigo e atualmente a essa missão já está atualizada e, portanto, estão a discutir um documento que emana do senhor notário, nem é tão pouco da autarquia." -----

Luna Silva: "Obrigada pelos esclarecimentos, conforme o que eu expus não está aqui em causa o número da inscrição da matriz predial urbana, mas o que está em questão o anterior artigo matricial, o artigo matricial anterior, quando a freguesia ainda era de Albufeira, é o número vinte e três duzentos e oitenta e sete, o que eu estou aqui a referir é tão simples quanto isto, na caderneta predial consta o número da descrição na conservatória é o número oitenta e um quarenta e seis, a verba refere que a descrição é o número catorze mil cento e quinze."-----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: um (01) Luna Silva. -----

Abstencões: zero (00) -----

Ausências: uma (01) Paolo Funassi. -----

Votos a favor: vinte e três (23) Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Nelson Cachita, Teresa Neto, Inês Mendonça, Mónica Coimbra, Helena Simões, Domingos Coelho, Carlos Goulão, Rui Bernardo, Leonardo Paço, Luis Afonso, Silvia Dias, Carla Vieira, Margarida Guilherme, Cláudia Raimundo, André Lima, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

A proposta foi aprovada por maioria.-----

Presidente da Assembleia: "Antes de votar a ata e minuta, gostaria de deixar aqui os meus votos de festas felizes, um ótimo dois mil e vinte e três, que seja bem melhor do que dois mil e vinte e dois e que no próximo ano vínhamos com motivação, com espírito para levar diante as nossas reuniões e com alguma bonomia e alguma cordialidade relativamente aos assuntos que vêm a ser tratados. Muito obrigado a todos e um excelente dois mil e vinte e três e um feliz Natal para todos. Muito obrigado."-----

Antes de encerrar a sessão, foram aprovadas, por unanimidade, as minutas das deliberações tomadas na Assembleia.-----

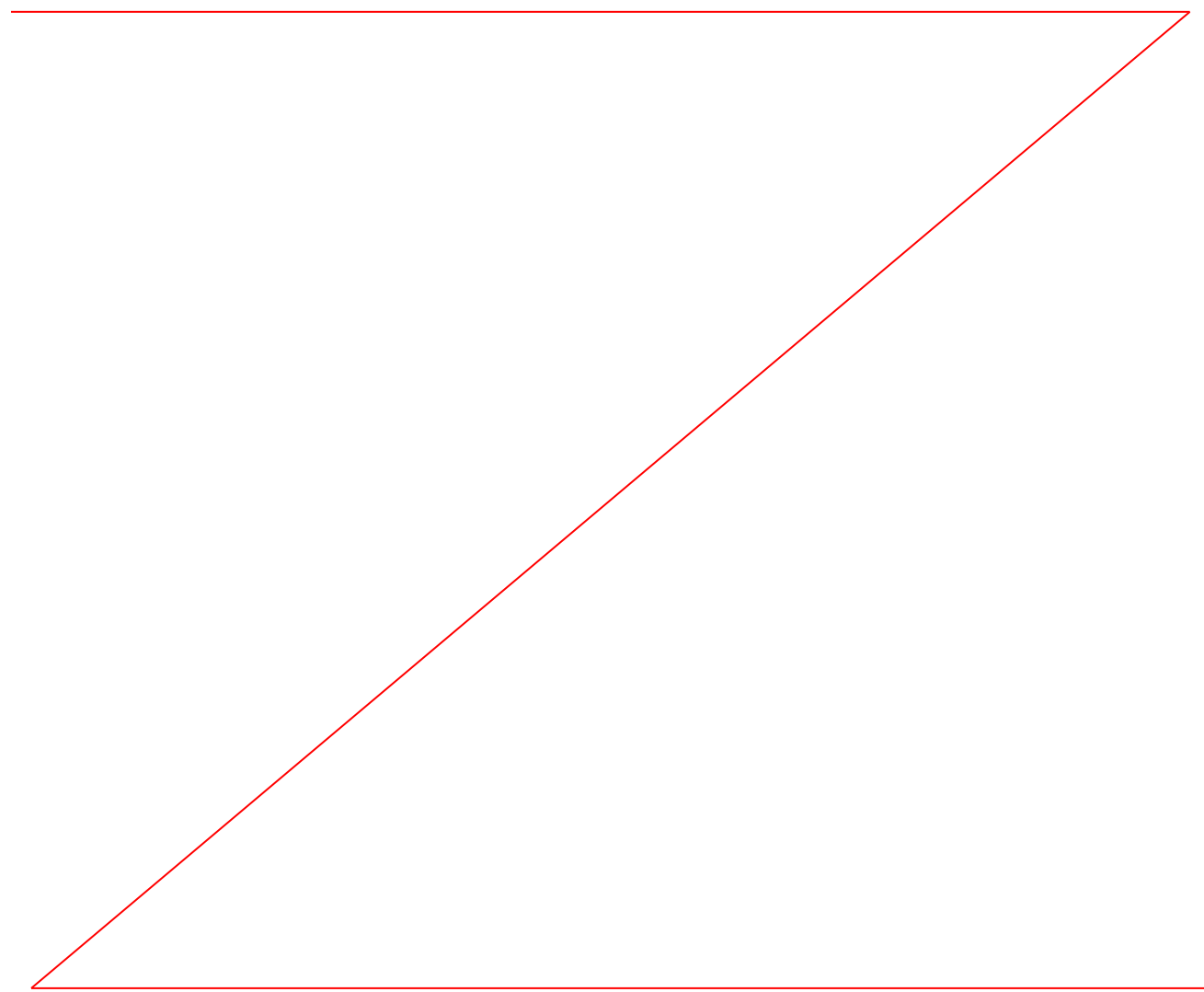
Nada mais havendo a discutir ou a deliberar, o Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão, cerca das 22:50 horas, de que foi lavrada ata que, depois de lida e aprovada, será assinada nos termos da Lei. -----

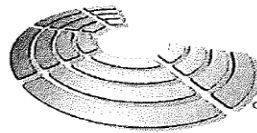
Albufeira, 19 de dezembro de 2022 -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA _____

A PRIMEIRA SECRETÁRIA _____

O SEGUNDO SECRETÁRIO _____





**Associação Nacional
de Assembleias Municipais**

PARECER

1

Consulente:

Assembleia Municipal de Albufeira.

Palavras-Chave:

- a) Competências da Assembleia Municipal;
- b) Competências da Câmara Municipal;
- c) Impedimentos;
- d) Incompatibilidades;

Questões:

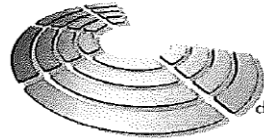
A Assembleia Municipal (AM) consulente solicitou a esta ANAM a emissão de parecer sobre as seguintes questões:

- 1) A concessão de apoios às freguesias é matéria da competência da AM ou da Câmara Municipal?
- 2) Existe algum impedimento / incompatibilidade por parte da mãe e da mulher do Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, de votarem na Assembleia Municipal a proposta vinda do Executivo, subscrita por aquele Sr. Vice-Presidente (em substituição do Presidente da Câmara Municipal, impedido por doença)?

Discussão:

As autarquias locais prosseguem as suas atribuições através do exercício, pelos respectivos órgãos, das competências legalmente previstas, designadamente consulta, planeamento, investimento, gestão, licenciamento e controlo prévio e fiscalização (artigo 3.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro na redacção actual¹, brevemente, RJAL).

¹ Alterada pela Lei n.º 97/89, de 15/12, Lei n.º 1/91, de 10.01, Lei 11/91, de 17.05, Lei 11/96 de 18.04, Lei 127/97, de 11/12, Lei n.º 50/99, de 24.06, Lei n.º 86/2001, de 10.08, Lei n.º 22/2004, de 17.06, Lei n.º 52-A/2005, de 10.10, Lei n.º 53-F/2006, de 29.12, Lei n.º 2/2020 de 31.03.



Associação Nacional de Assembleias Municipais

Nos termos do disposto no artigo 239.º, n.º 1, da Constituição da República Portuguesa, a organização das autarquias locais compreende uma assembleia eleita dotada de poderes deliberativos e um órgão executivo colegial perante ela responsável.

2

Os órgãos representativos do município e das freguesias são a assembleia municipal e a câmara municipal e a assembleia de freguesia e a junta de freguesia, respectivamente - cfr. artigo 5.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro (*breviter*, RJAL), na sua redacção actual².

A assembleia municipal é o órgão deliberativo do município, previsto no artigo 251.º da Constituição da República Portuguesa, e é constituída por membros eleitos directamente em número superior ao dos presidentes de junta de freguesia que a integram – cfr. o disposto no artigo 42.º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro³ - por um período de 4 (quatro) anos (artigo 75.º da LAL).

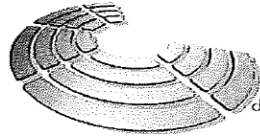
As suas competências, regime e funcionamento encontram-se definidos, com alguma amplitude, na lei – cfr. os seus artigos 24.º e ss. No que tange às competências propriamente ditas, o RJAL distingue entre competências de apreciação e fiscalização e competências de funcionamento.

A câmara municipal é o órgão executivo do município, previsto no artigo 252.º da Constituição da República Portuguesa, e é constituído por um presidente e por vereadores (um dos quais designado vice-presidente), eleitos directamente pela população do município, por um período de 4 (quatro) anos. Por via de regra, o exercício das competências materiais e de funcionamento da câmara municipal (cfr. artigos 32.º e ss do RJAL) é a do exercício colectivo. *Isto dito:*

A talho de foice dir-se-à que – pese embora se desconhecendo, em concreto, o tipo de apoios às freguesias a que se refere a proposta em causa –, no âmbito da sua actividade de apreciação e fiscalização, compete à AM, sob proposta da Câmara Municipal:

² Alterada pelas Rectificações n.º 46-C/2013, de 01.11 e n.º 50-A/2013, de 11.11 e pelas Lei n.º 25/2015, de 30.03, 69/2015, de 16.07, 7-A/2016, de 30.03, 42/2016, de 28.12, 50/2018, de 16.08 e 66/2020, de 04.11.

³ Alterada pelas Lei n.º 5-A/2002, de 11.01, pelas Rectificações n.º 4/2002, de 06.02 e 9/2002, de 05.03, pela Lei n.º 67/2007, de 31.12, pela Lei Orgânica n.º 1/2011 de 30.11, pelas Leis n.º 75/2013, de 12.09, 7-A/2016, de 30.03, 71/2018, de 31.12 e 69/2021, de 20.10 (doravante, LAL).



Associação Nacional de Assembleias Municipais

«j) Deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações;

k) (...) autorizar a celebração e denúncia de contratos de delegação de competências e de acordos de execução entre a câmara municipal e as juntas de freguesia; - cfr. artigo 25.º-1, als. j) e k) do RJAL

Nesta medida, cabe ao executivo, em primeira linha, a função (preparatória) de decidir a atribuição de apoios às freguesias e os moldes de concessão de tal apoio. Todavia, essa decisão tem de ser ratificada (no sentido de, deliberada e aprovada) posteriormente pela Assembleia Municipal. Aprovada a proposta por parte da AM, cumprirá novamente à Câmara Municipal dar-lhe execução (função executiva).

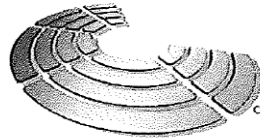
Adiante-se que, sendo uma competência da AM por lei determinada, não pode ser transferida para outro órgão.

*

Questiona, ainda, a AM se haverá algum impedimento / incompatibilidade na votação de tal proposta, subscrita pelo Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, por parte de membros da AM (designadamente, a sua mãe, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos d'Água e da sua esposa, Primeira Secretária da Mesa da Mesa da Assembleia Municipal e funcionária daquela Junta de Freguesia). Ora:

Luiz S. Cabral da Moncada⁴ dá-nos uma distinção clara e inequívoca de «incompatibilidade» e «impedimento». Vejamos: *“Enquanto circunstâncias concretas os impedimentos distinguem-se das incompatibilidades designadamente por acumulação de cargos. Estas não dependem da posição relativa das pessoas singulares perante o procedimento nem de qualquer procedimento em concreto mas apenas de uma qualidade abstratamente prevista na lei e aplicável sem qualquer juízo de aproximação ao caso concreto. Corporizam exigências legais e abstratas de*

⁴ In Código do Procedimento Administrativo anotado, Coimbra Editora, pág.278



Associação Nacional de Assembleias Municipais

imparcialidade que valem independentemente de se saber se são ou não aplicáveis a qualquer caso concreto. No caso das incompatibilidades a lei exclui a possibilidade de intervenção em abstrato. Quem nelas incorra não pode pura e simplesmente intervir. No caso dos impedimentos, a lei apenas veda a intervenção se no caso concreto ocorrerem determinadas circunstâncias ligadas à posição pessoal de cada interveniente, potencial ou real.”

4

Partindo desta distinção, logo se impõe concluir que, em termos abstractos, podemos estar perante uma situação de impedimento, sendo de afastar qualquer situação de incompatibilidade.

Ora:

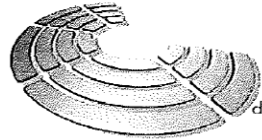
Os impedimentos reportam-se à proibição absoluta de intervir num concreto procedimento, acto ou contrato por existir uma forte probabilidade de parcialidade ou uma impossibilidade de imparcialidade.

Nesta medida, o regime dos impedimentos visa assegurar aos eleitos locais⁵ o desempenho imparcial e justo das suas funções na prossecução do interesse público e no respeito pelos direitos e deveres legalmente protegidos dos cidadãos. Aliás, o artigo 69.º do CPA⁶ vem elencado no capítulo II (Da relação Jurídica Procedimental), secção III, que tem como epígrafe “Das garantias de imparcialidade”.

A “delimitação do conceito de interesse impeditivo de intervenção no procedimento há-de fazer-se em função de dois parâmetros: por um lado, trata-se de garantir a objectividade e a utilidade pública da decisão administrativa em vista da (melhor) prossecução do interesse público e, por outro lado, de assegurar a imparcialidade e a transparência nessa decisão, face àqueles que nela estão interessados e face à coletividade administrativa em geral. O Interesse aqui tido em

⁵ Nos termos do disposto no artigo 1.º, n.º 2 da Lei n.º 29/87, 30.07, na sua redacção actual, (*breviter*, EEL), os membros dos órgãos deliberativos e executivos dos municípios e das freguesias.

⁶ Densificação do princípio constitucional, consagrado no artigo 266.º da Constituição da República Portuguesa, nos termos do qual a Administração Pública visa a prossecução do interesse público, no respeito pelos direitos e interesses legalmente protegidos dos cidadãos, devendo os eleitos subordinar-se à CRP e à lei e, bem assim, actuar, no exercício das suas funções, com total respeito, no mais, pelos princípios da imparcialidade, boa-fé, igualdade e da justiça.



Associação Nacional de Assembleias Municipais

*vista é, em princípio, de natureza material mas podem também, em certas situações, ser atendíveis interesses morais” – realce nosso.*⁷

5

Do que vem de significar que a imparcialidade, na sua dimensão subjectiva, significa o dever de actuar de acordo com exigências de objectividade, encontrando-se associada à dimensão negativa do dever de ponderação - é uma sua aplicação.

Assim, os impedimentos estão estreitamente ligados a **interesses pessoais** e em latente contraposição a toda a actuação administrativa, que deve nortear-se pela prossecução do interesse público.

No mais, diga-se que é unânime na doutrina, já a respeito do artigo 44.º do CPA de 1991 que se mantém actual, agora no artigo 69.º, CPA, que *“a enumeração constante do artigo 44.º [hoje artigo 69.º] do CPA tem carácter taxativo, não obstante algumas das situações previstas no preceito terem amplo alcance”*⁸

Isto posto:

Relativamente à questão que nos vem colocada, o legislador não estabelece nem tipifica qualquer impedimento de voto.

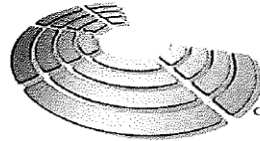
Com efeito, no que à votação concretamente diz respeito, o artigo 55.º, n.º 6 do RJAL dispõe somente que *“Não podem estar presentes no momento da discussão nem da votação os membros do órgão que se encontrem ou se considerem impedidos”*.

Ora, como vimos de dizer, os *“casos de impedimento”* encontram-se previstos no artigo 69.º, do CPA, enumeração que se entende ser taxativa. Aí nada se diz quanto à impossibilidade de um membro da AM com relações familiares directas com o Vice-Presidente, votar uma deliberação cuja proposta foi subscrita por ele e em que este pode ser – ainda que apenas politicamente (e não, note-se, pessoalmente) – interessado.

Não se encontrando tal restrição prevista, não pode, ao abrigo do melhor princípio de legalidade, ser postulada.

⁷ Código de Procedimento Administrativo Comentado, Quid Iuris, anotação ao artigo 69.º, p. 189 e ss.

⁸ SOUSA, António Francisco de, Código de Procedimento Administrativo, anotado e comentado; Quid Iuris Editora, p. 161.



Associação Nacional de Assembleias Municipais

No mais, nos termos do artigo 69.º n.º 1, alínea a) do CPA:

“[estão impedidos] os titulares de órgãos da Administração Pública e os respetivos agentes, bem como quaisquer outras entidades que, independentemente da sua natureza, se encontrem no exercício de poderes públicos, não podem intervir em procedimento administrativo ou em ato ou contrato de direito público ou privado da Administração Pública, nos seguintes casos:

*a) Quando nele tenham **interesse**, por si, como representantes ou como gestores de negócios de outra pessoa”*

Por seu turno, no exercício das suas funções, os eleitos locais estão vinculados ao cumprimento dos seguintes princípios⁹:

*“iv) Não intervir em processo administrativo, acto ou contrato de direito público ou privado nem participar na apresentação, discussão ou votação de assuntos em que tenha **interesse** ou intervenção, por si ou como representante ou gestor de negócios de outra pessoa, ou em que tenha interesse ou intervenção em idênticas qualidades o seu cônjuge, parente ou afim em linha recta ou até ao 2.º grau da linha colateral, bem como qualquer pessoa com quem viva em economia comum” e, bem, assim:*

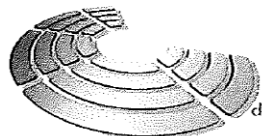
“v) Não celebrar com a autarquia qualquer contrato, salvo de adesão”

Como resulta do exposto *ut supra*, os interesses a se alude a este título são interesses pessoais, aptos a colidir com o interesse público.

Objectivamente, a situação de conflitos de interesse surge nos casos em que o Eleito Local tenha, directa ou indirectamente, um interesse financeiro, económico ou outro de natureza pessoal.

Não se assoma que, no caso concreto, esteja em questão um qualquer interesse pessoal quer do Sr. Vice-Presidente (que subscreveu a apresentação de proposta à AM, sendo que a decisão de a apresentar foi colegial e não somente dele) quer nos membros da AM com quem tem parentesco. O interesse é dos cidadãos.

⁹ Cfr. artigo 4.º, alínea b), subalíneas iv) e v).



Associação Nacional de Assembleias Municipais

Conclusão:

- É da competência da AM, no mais, deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações e / ou autorizar a celebração e denúncia de contratos de delegação de competências e de acordos de execução entre a câmara municipal e as juntas de freguesia.
- Por se tratar de regime imperativo, as competências exclusivas da AM não podem ser transferidas para outro órgão.
- Inexiste qualquer impedimento, por parte da mãe e da mulher do Vice-Presidente da Câmara Municipal, respectivamente Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos d'Água e primeira secretária da AM e funcionária daquela Junta de Freguesia, de votarem a proposta vindo do Executivo e subscrita pelo Vice-Presidente.

7

10 de Novembro de 2022.

Andreia Teixeira de Sousa.



Exmo. Senhor
Presidente da Assembleia Municipal de Albufeira
Exmos. Srs.
Deputados da Assembleia Municipal de Albufeira

A Revolução de Abril constitui um marco histórico do povo português, um ato de emancipação social e nacional proporcionando a todos a Liberdade que hoje aqui está refletida. Assim sendo, como o Poder Local é parte integrante do regime democrático e amplamente participado, nós, professores do concelho de Albufeira, estamos hoje aqui a manifestar o nosso desacordo pelas intenções do Poder Central para a Educação do nosso país. Efetivamente, a Educação em Portugal necessita de uma resposta a problemas estruturais, pois está doente e em agonia devido a implementações de políticas sem sentido e que só têm prejudicado e maltratado professores, alunos e encarregados de educação/pais.

Nós, professores de Agrupamentos de Escolas deste concelho, não concordamos com as intenções manifestadas nos documentos apresentados pelo Ministério da Educação (ME) aos sindicatos que nos representam. Nós, professores, manifestamo-nos contra:

- A extinção dos quadros (Quadro de Agrupamento (QA), Quadro de Escola (QE) e Quadro de Zona Pedagógica (QZP)) e sua substituição por mapas de pessoal, nomeadamente de Mapas de Docentes de Agrupamento de Escolas (MDAE), Mapas de Docentes de Escolas Não Agrupadas (MDEnA) e Mapas de Docentes Interconcelhios (MDI), o que viola o disposto no Estatuto da Carreira Docente (ECD);
- A coincidência dos atuais QZP, futuros MDI, com as Comunidades Intermunicipais (CIM) e áreas metropolitanas, devendo ser retomados os 23 QZP que existiram até 2013;
- A criação de conselhos locais de diretores com competências no recrutamento e afetação de docentes às escolas/agrupamentos;
- O recrutamento e a gestão, total ou parcial, em função do "perfil de competências";
- A afetação de docentes dos QZP, futuros MDI, e dos docentes em Destacamento por Ausência de Componente Letiva (DAKL) por conselho local de diretores e não por mobilidade interna, sob o critério da graduação profissional;
- A extinção de lugares (postos de trabalho) ao fim de 3 anos em DAKL;



- A vinculação, preferencialmente, no lugar (postos de trabalho) em que o docente está contratado, ao invés de todos os lugares serem colocados em concurso interno e a vinculação ser obtida em função de concurso, com os docentes ordenados pelo critério da graduação profissional;

- A realização de concurso interno apenas de 5 em 5 anos.

Os docentes não abdicam do legítimo direito de se aproximarem da área de residência, na qual têm a sua vida organizada, bem como a da respetiva família, e rejeitam a obrigação de serem desterrados para os locais onde trabalham.

Para além das questões relacionadas com o regime de concursos, os professores reivindicam:

- A colocação de mais assistentes operacionais e de um maior número de professores de apoio, assim como de terapeutas, técnicos e psicólogos;

- A abertura de processos negociais com vista à contagem integral do tempo de serviço para efeitos de progressão na carreira;

- A eliminação das vagas na progressão e das quotas na avaliação;

- A manutenção da paridade com a carreira técnica superior;

- A aprovação de um regime específico de aposentação que também contribua para o rejuvenescimento da profissão;

- A regularização dos horários de trabalho e a alteração do atual regime de Mobilidade por Doença.

Face ao exposto, os professores apelam à Assembleia Municipal e aos autarcas de Albufeira que continuem a comemorar o 25 de Abril, na defesa dos interesses e direitos dos professores, alunos e pais do concelho e respeitando as nossas opiniões.

A Força do Professor

Um guerreiro sem espada
sem faca, foice ou facão
armado só de amor

segurando um giz na mão
o livro é seu escudo
que o protege de tudo
que lhe possa causar dor
por isso eu tenho dito
Tenho fé e acredito
na força do professor.

Ah... se um dia governantes
prestassem mais atenção
nos verdadeiros heróis
que constroem a nação
ah... se fizessem justiça
sem corpo mole ou preguiça
dando-lhe o real valor
eu daria um grande grito
Tenho fé e acredito
na força do professor.

[...]

Um arquiteto de sonhos
Engenheiro do futuro
Um motorista da vida
conduzindo no escuro
Um plantador de esperança
plantando em cada criança
um adulto sonhador
e este poema foi escrito
porque ainda acredito
na força do professor.




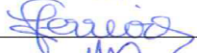

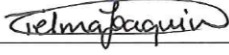







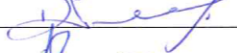



Bráulio Bessa (poeta brasileiro)

Albufeira, 19 de dezembro de 2022.

Os professores.

ABAIXO-ASSINADO

CARTA ABERTA AO PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALBUFEIRA

NOME COMPLETO	ASSINATURA	CARTÃO DE CIDADÃO
Maria Paula Madureira Jacinto da Silva Abreu		6233030
Delfina Alexandra da Graça Vêlez		10735603
Silvia Helena P. H. Soares		11940593
Jenusa Marcelene Coelho Ferreira		12640077
Nuno Alexandre S. Lopes Oliveira		10128782
Telma Susana Duarte Joaquim		11744469
Maria Oliveira Rezende		3700742
Carla Luíz Fátima Silva		9302969
Miguel de Figueiredo Silva		11827483
Cristina Maria de Sousa Costa		11071382
Milene Leonor Cadeireiro Cardoso		10606913
Leonor Isabel S.F. Tavares		10065222
Catarina Afonso Guerreiro		11298448
Daniel António Mendes Vaqueiro		116941774
André Jorge P.M. Lima		11460293
Isabel Maria Santos Jorge		8871334
Marcia Feliz Corubão		11223512

**Isabel Maria Piedade Alves Catatão**

De: Hugo Palhinhas <hpalhinhas@gmail.com>
Enviado: Monday, December 19, 2022 4:43 PM
Para: Assembleia Municipal de Albufeira
Assunto: Re: Questões a por ao Exm.º Presidente da Câmara

Boa noite, Exm.º Presidente da Assembleia Municipal de Albufeira, Exm.º Presidente da Câmara, Vereadores, Presidentes de Junta e público em geral presente,

Exm.º Presidente da Câmara, com a entrada em vigor do novo contrato do Giro em Albufeira, nós municípios e residentes na Freguesia das Ferreiras, aguardamos urgentemente pela colocação dos resguardos nas paragens do Giro, como solicitado em assembleias anteriores.

Obrigado

atentamente,

Hugo Palhinhas

Em seg., 17 de out. de 2022 às 17:33, Hugo Palhinhas <hpalhinhas@gmail.com> escreveu:

Boa noite, Exm.º Presidente da Assembleia Municipal de Albufeira, Exm.º Presidente da Câmara, Vereadores, Presidentes de Junta e público em geral presente,

Após email por mim enviado em 15 de dezembro de 2021, o qual foi exposto nesta Assembleia Municipal, dirigido ao Exm.º Presidente da Câmara, pergunto eu, como cidadão da freguesia das Ferreiras, como está o assunto dos resguardos das paragens dos giros na freguesia das Ferreiras, isto porque passou quase um ano e com a chegada do inverno e das chuvas tudo está igual e as crianças da respetiva freguesia continuam à espera dos resguardos prometidos pelo Exmo.º Presidente da Câmara.

Porque é do meu conhecimento, que á alguns constrangimentos na colocação do respetivo resguardo na paragem junto ao Café Cesar (Ferreiras) por parte de um morador, porque não quer o referido resguardo em frente da sua residência porque lhe tira a vista da avenida 12 Julho, então o porquê de não mudar a referida paragem para 20 metros mais à frente, já que à pessoas que pensam que compraram a via publica.

sem mais assunto no momento,

obrigado,

Atentamente,

Hugo Palhinhas

Em qua., 15 de dez. de 2021 às 16:28, Hugo Palhinhas <hpalhinhas@gmail.com> escreveu:

Boa tarde Exm.º Presidente da Assembleia Municipal de Albufeira

Venho por este meio solicitar que hoje em assembleia municipal seja questionado ao Exm.º Presidente da Câmara o seguinte:

- Gostaria de saber para quando a colocação de um abrigo na paragem do giro em Vale Serves junto da Rua do Acordeão-Ferreiras(já que a junta informou que não é da responsabilidades deles, na pessoa do Sr, Jorge Carmo) isto porque os nossos jovens que residem nos condomínios da Avenida 12 de julho e Rua do Acordeão entre

Isabel Maria Piedade Alves Catatão

De: susana silva <susana.silva1963@hotmail.com>
Enviado: Friday, December 16, 2022 11:45 PM
Para: Assembleia Municipal de Albufeira
Assunto: Casas Paderne

Boa noite
Sr. Presidente e restantes elementos da assembleia

Venho por este meio fazer chegar às entidades competentes a minha tristeza e uma grande falta de sensibilidade para com as famílias incluindo o meu (filho) que estão á espera de receber a chave da habitação que lhe foi atribuída á cerca de (1 Ano) Ou seja, seria muito humano se alguém se tivesse preocupado com as famílias que estavam a contar de passar o Natal numa casa com melhor conforto e as condições desejáveis, um e-mail a passar uma informação seria o mínimo que poderiam ter feito.

Visto que na reunião de câmara que decorreu á cerca de 1 mês passaram a informação de que todo o processo relativo às habitações de Paderne estava finalizado e que iriam dar início á entrega das chaves e até á data está tudo na mesma.

Sem outro assunto:

Atenciosamente Susana silva
Cumprimentos

Sent from [Outlook for Android](#)

**Isabel Maria Piedade Alves Catatão**

De: Gabriela Pacheco <gabrielarodriguespacheco@gmail.com>
Enviado: Monday, December 19, 2022 3:18 PM
Para: Assembleia Municipal de Albufeira
Assunto: Intervenção do Público | Questões via e-mail | Assembleia Municipal 19/12/2022

Aos presentes,

Sobre o Conselho Municipal de Juventude de Albufeira.

Proferiu-se:

“permite trazer os jovens à política, que é uma coisa que, efetivamente, nos dias de hoje, pouco se vê e quando se vê, vê-se pela negativa, infelizmente.”

Sem congratulações possíveis. Quer a quem proferiu quer a quem assistiu sem contrapor.

Inadequado, despropositado e sem fundamento.

Os jovens procuram que a política seja uma extensão prática dos seus conhecimentos, habilidades e inquietações. Procuram rever-se numa política estratégica, sustentável, fundamentada, clara, transparente e próxima. E, estes, não são adjetivos que nenhum de nós, jovens, encontre quando assiste a uma Assembleia Municipal e a sua extensão para o digital.

Esperamos exemplo. Caso contrário, tornam a cair no ridículo com declarações deste cariz.

Concedo, ainda assim, a oportunidade de tornarem a política transparente e próxima tornando à questão que tento ver esclarecida deste 17/11/2020, a qual transcrevo:

Bilheteira Auditório Municipal de Albufeira

Método de Aquisição de Bilhetes: Galeria Municipal de Albufeira, dias úteis das 10h00 às 12h30, das 13h30 às 17h00.

Não se efetuam reservas.

Aquilo que solicitam é que, numa geração capaz de realizar tudo à distância, num universo de consumo onde já não se procura, encontra-se, o consumidor tenha de:

- 1) encontrar uma forma de se encaixar num horário de trabalho que está longe de ser o da maioria;
- 2) se desloque, independentemente do local onde se encontra, para o adquirir, sendo que terá de voltar para assistir ao espetáculo. Duas viagens para um mesmo fim. Noto que, residentes e não residentes no concelho devem ter acesso facilitado ao consumo do produto cultural que a todos beneficia;
- 3) Dir-me-ão que se pode adquirir no local antes do espetáculo. Questão: quem o irá fazer sem garantias de lugar uma vez que não se aceitam reservas?

A todos os presentes, que em dois anos não tiveram oportunidade de pensar na questão que tenho vindo a levantar, parece-vos lógico o método arcaico vigente?

Pelos jovens,

Gabriela Pacheco



ROGERIO DAS JORIS MAIENS
 RUA PADRE SENEJO AZEVEDO, 9-
 8200-167 ALBUFEIRA
 900.20.05

MUNICIPIO DE ALBUFEIRA	
CÂMARA MUNICIPAL	
ENTRADA	
REGISTO N.º	
DATA	12/12/2022
RUBRICA	

REGISTRADA C/ AVISO RECEBIDO - 27.11.2022

ILMOS. SENHORES:
 PRESIDENTES E VEREADORES DA CÂMARA MUNICIPAL
 ALBUFEIRA
 C/ CONHECIMENTO A' ASSEMBLEIA MUNICIPAL
 PROCESSO N.º 09/2016/46604 DE 27.07.2016
 PROTEÇÃO CIVIL

ILMOS. SENHORES:
 NA QUALIDADE DE REPRESENTANTE DO PROPRIETÁRIO,
 VENHO EXPOR A V. EXAS.
 O PROCESSO ACIMA CITADO, TEM APENAS 6 ANOS E 4
MESES, E' VERDADE 6 ANOS E 4 MESES, ASSIM, VENHO
 EXPOR A V. EXAS.
 DURANTE ESTE PERIODO, FOZ A FEITAS REUNIÕES
 COM 2 PRESIDENTES, 2 VICE-PRESIDENTES,
 3 VEREADORES DO PELOURO DA PROTEÇÃO CIVIL,
 BEM COMO COM O SR. ENG.º PAULO PEREIRA E
 SERVICOS JURIDICOS.
 EM 05.04.2021, FOZ FEITA UMA REUNIÃO NA
 PROTEÇÃO CIVIL, COM A VEREADORA DO PELOURO
 E COM OS 2 REPRESENTANTES DOS TERRENOS
 CONTIGUOS.



DECLARAÇÃO DE VOTO – Pontos 4 e 5

O orçamento e GOP's são os documentos mais importantes elaborados pelo Município, pois ele revela o caminho que o Município pensa fazer nos próximos 5 anos, com ~~que~~ ^{os} recursos: humanos, financeiros e materiais e a sua origem ^{seja} (interna ou externa). É um documento político, mas também técnico com regras e parâmetros bem definidos.

Este documento agora em discussão, que abarca o período de cinco anos entre 2023/2027, revela as mesmas fragilidades do anterior (2022/2026) e dos anteriores.

Nos documentos são espelhados de forma inequívoca, atenção, estou a falar dos documentos que nos foram apresentados para análise, em particular nas GOP que até podem iludir o comum do cidadão, mas não nos iludem a nós, pelo contrário, levantam muitas dúvidas sobre as verdadeiras intenções do Executivo.

Verifica-se que a execução dos Orçamentos dos anos transactos ficam muito aquém do esperado, porquê ??

O peso do custo com a administração local é muito elevado e o que resta não é canalizado para o que realmente importa, áreas fundamentais como saúde, manutenção e conservação das infra-estruturas, educação e habitação, na realidade não se aposta na melhoria das condições de vida dos albufeirenses. Pelo contrário, investem-se milhões em eventos que têm uma duração efémera.

Damos como exemplos:

1- Valores Muito Elevados de aquisição de Trabalhos Especializados, Estudos, Projectos, e Consultoria, explanados na rubrica 01-001. (Pág. 2, 7, 12, 13, 15, 16, 17)

2- Nas Funções Sociais- no caso educação, desde 2017 que estão previstas a execução de obras de reparação nos estabelecimentos de ensino, meus senhores a aposta na melhoria efectiva dos estabelecimentos de ensino são para ontem !!! (Pág. 19)

3- Na saúde a situação é efectivamente crítica, de acordo com o documento GOP só em 2024 é que se prevê iniciar uma intervenção na Construção de novo Edifício para ampliação do Centro de Saúde de Albufeira.

É triste perceber que este orçamento para a saúde volta a repetir, no documento que os senhores prepararam e que reflecte as vossas intenções, prevê destinar apenas 1,02% para a saúde.... (Pág. 28)



4- Na acção Social, pelo menos desde 2016 que se prevê a alteração da cobertura do Centro de Dia do Rossio sem previsão da sua execução; a construção do Lar, Apoio Domiciliário e Centro de Dia das Fontainhas previsto apenas para 2024; Ampliação do Centro de Dia e Lar quinta da Palmeira, previsto também para 2024; Construção de Unidade Lar- Jardim de Infância e Apoio Domiciliário- Cerro Malpique e este previsto para 2025 (Pág. 30 e 31).

5- Na Habitação temos também desde o ano 2017, portanto há cinco anos a promessa da construção de fogos de habitação social- Caliços; Construção de Edifícios de Habitação na Guia; Construção de Edifícios de Habitação em Paderne (serão os que estão para entrega ou outros??), Construção de Habitação social na Rua Samora Barros, enfim.. mais uma panóplia de promessas.

Pergunto, como pretendem fazer todas estas obras destinando apenas 1,20% para a habitação.

6- Na cultura, desde 2015, portanto pelo menos há dois mandatos, que se prevê a reabilitação do espaço da antiga Matriz de Albufeira, bem como do Edifício antigo do Tribunal, realmente edifícios com história e marcos da cidade que estão degradados e não são um bonito postal...

A sua conclusão será em 2023 ? (Pág. 48) É uma pergunta que faço.

7- No desporto, também desde 2015 que se prevê a remodelação dos diversos complexos desportivos do concelho, nas ferreiras, Paderne e Guia, no entanto verifica-se que as obras só serão executadas em 2024, 2025 e 2026, será que vão ??

Para não falar do Projecto Megalómano da Construção de um Centro de Alto Rendimento Desportivo, que numa condição normal, entenda-se conjuntura macroeconómica e social estabilizada, seria uma mais-valia, atendendo ao valor total apontado de € 1 milhão e quatrocentos mil euros, cuja previsão de início será apenas em 2024...Não nos parece ser uma prioridade (Pág. 50, 51, 52).

As expectativas que os albufeirenses têm para viver, trabalhar e investir no concelho têm sido ano após ano frustradas, porque continuam sem execução obras de grande importância e tantos outros projectos de natureza estruturante que afectam a qualidade de vida das pessoas do concelho, como a falta de habitação, falta de



Declaração de voto

Relativamente aos Pontos 4 e 5 da Ordem do Dia da Assembleia de 19 de Dezembro de 2022, Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2023/27, o Partido Socialista apresenta a seguinte declaração de voto:

Considerando:

- 1) Que o executivo, contrariamente ao anunciado anteriormente, não foi capaz de assumir uma postura de receptividade de propostas nem de diálogo com as outras forças políticas e presidentes de Junta, no âmbito do processo de elaboração do orçamento;
- 2) Que a estrutura de Orçamento e das Gops mantém-se com um peso excessivo de despesas gerais e reduzidíssimo valor no investimento e com baixas execuções.
- 3) Que o investimento particularmente na área da Habitação mantém-se com valores irrisórios apesar da carência no mercado habitacional;
- 4) Que foi assinado um compromisso entre o Partido Socialista e o Executivo no âmbito da 1ª revisão orçamental que incluía um conjunto de obras nas diferentes freguesias e que após vários pedidos de informação, inclusive por escrito, sobre a sua execução mas até ao momento nada nos foi reportado.





Considerando, no entanto:

- 1) Que o Orçamento, apesar de tudo, é um instrumento de prossecução de investimentos e de concretização de apoios sociais;
- 2) Que o PS não quer contribuir com o seu voto para uma situação de gestão financeira assente em duodécimos, que em tempos de inflação não permitiria fazer face a despesas absolutamente necessárias na área social, designadamente na educação e no apoio aos mais necessitados.

Assim e pelos considerandos acima enunciados, o Partido Socialista vota no sentido da Abstenção nos pontos 4 e 5 da Ordem do Dia.

A bancada do Partido Socialista

Silvia Panueta D. S.
Sócios e fundação


Alino
